

O futuro da Educação Brasileira

ATÉ O FINAL DE 2011, DEVERÁ SER APROVADO O NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. AS ENTIDADES NACIONAIS ESTÃO MOBILIZADAS PARA GARANTIR QUE A CONCEPÇÃO E AS METAS APROVADAS REFLITAM AS DELIBERAÇÕES DA 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E SIGNIFIQUEM AVANÇO CONCRETO PARA O SETOR.



MULHER, TRABALHO E EDUCAÇÃO

EM ARTIGO, A SECRETÁRIA DE GÊNERO E ETNIA DA CONTEE FALA SOBRE A NECESSIDADE DE AVANÇARMOS NAS CONQUISTAS DAS MULHERES

VITÓRIA DE UMA MULHER DE LUTA

LEIA ENTREVISTA EXCLUSIVA COM A DRA. DELAÍDE MIRANDA ARANTES EX-ASSESSORA JURÍDICA DA CONTEE E ATUAL MINISTRA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

NOVIDADE: DEU NA REDE

NOVA EDITORIA DA CONTEÚDO INDICA A LEITURA DO BLOG PROGRESSISTA "BRASÍLIA, EU VI", DO JORNALISTA LEANDRO FORTES



3 EDITORIAL
O PNE que o Brasil merece e precisa

4 COMUNICAÇÃO
Banda Larga é um direito seu

8 SINDICAL/ARTIGO
Mulher, trabalho e Educação

10 EDUCACIONAL/CAPA
A construção do novo PNE

16 DEU NA REDE
A sucursal da Casa Branca

20 ENTREVISTA
Delaíde Miranda Arantes

26 SOCIAL
Elas chegaram lá

30 CURTAS DAS Filiadas

34 INTERNACIONAL
Obama foi anulado pelo conservadorismo de bordel dos EUA

40 CURTAS DA Contee

44 EM ALTA, EM BAIXA

46 ARTIGO/EDUCACIONAL
A internacionalização da educação superior

Diretoria Executiva

Coordenação Geral: **Madalena Guasco Peixoto**

Coordenação Regional Sul: **Cássio Filipe Galvão Bessa**

Coordenação Regional Sudeste: **Francílio Pinto Paes Leme**

Coordenação Regional Centro-Oeste: **Edson de Paula Lima**

Coordenação Regional Norte: **José Carlos Padilha Arêas**

Coordenação Regional Nordeste: **Manoel Henrique Filho**

Secretaria Geral: **Cristina de Castro**

Secretaria de Assuntos Educacionais: **Adércia Bezerra Hostin**

Secretaria de Assuntos Jurídicos: **João Batista da Silveira**

Secretaria de Comunicação Social: **Maria Clotilde Lemos Petta**

Secretaria de Finanças: **José Roberto Torres Machado**

Secretaria de Formação e Políticas Sociais: **Rita Fraga de Almeida Zambon**

Secretaria de Organização e Políticas Sindicais: **Fábio Eduardo Zambon**

Secretaria de Questões de Gênero e Etnia: **Nara Teixeira de Souza**

A reprodução dos textos é autorizada. Agradecemos a citação da fonte.
Os textos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Revista da Contee

A revista CONTEÚDO é uma publicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, sob coordenação da Secretaria de Comunicação Social.

conteudo@contee.org.br

Editora e jornalista responsável - **Daniele Moraes** - MTb 50607/SP

Projeto gráfico e diagramação - **Circus Serviços Gráficos**

Direção de Arte - **Vandrê Fernandes**

Ilustração - **Daniel Lopes**

Colaboração - **Ariadne de Moraes Cappeiloto**

Tiragem - **3.000 mil exemplares**

Impressão - **Forma Certa**

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Setor de Rádio e TV - Sul – Quadra 701 – Bloco 2 – Sala 436

Ed. Assis Chateaubriand – CEP 70340-906 – Brasília/DF

Telefones: (61) 3226 1278/ 3223 2194

E-mail: contee@contee.org.br - www.contee.org.br

O PNE que o Brasil *merece e precisa*

O debate sobre a construção do novo Plano Nacional de Educação será a discussão mais importante para o setor educacional e as entidades nacionais em 2011. A necessidade de construção de emendas à proposta encaminhada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo está na ordem do dia. Assim, como não poderia deixar de ser, a CONTEÚDO traz nesta edição os registros das primeiras ações e mobilizações a cerca do tema.

A Revista apresenta também artigo interessante com dados sobre o número de estudantes que saem do País em busca de formação superior no exterior e relação disso com a questão da mercantilização do ensino. Trataremos ainda da valorização da mulher nas instâncias de Poder após as eleições, especialmente frente ao novo Ministério do Governo Dilma, que conta com a participação de nove mulheres. Conheça um perfil de cada Ministra.

Em entrevista exclusiva, nossa ex-assessora jurídica, Dra. Deilaíde Miranda Arantes, conta sua trajetória de luta até a indicação e posse como nova Ministra do Tribunal Superior do Trabalho. E ainda em relação à mulher, leia artigo, assinado pela Secretaria de Gênero e Etnia da CONTEE, em comemoração ao dia internacional da Mulher.

Além da mudança visual da CONTEÚDO, com novo papel e acabamento, você poderá conferir também uma nova editoria, chamada “Deu na rede”, que trará a cada edição um artigo e a indicação de um Blog progressista. Com isso, desejamos divulgar o trabalho dos blogueiros que atuam contra a mídia hegemônica e pela democratização da comunicação. Sobre o tema, conheça também o “Manifesto em defesa da banda larga”, assinado pela CONTEE, juntamente com outras entidades.

Leia ainda uma entrevista com a economista, Maria da Conceição Tavares, sobre a visita do Presidente Barack Obama ao Brasil. E, por fim, não deixe de conferir as últimas notícias sobre as atividades da CONTEE e de suas entidades filiadas.

Boa leitura!

*Madalena Guasco Peixoto
Coordenadora geral da CONTEE*

Sharon Eve Smith





Manifesto em defesa da banda larga

Banda Larga é *um direito seu!*

A CONTEE apoia a luta pela democratização da mídia, questão que passa prioritariamente nos dias atuais pela ampliação do acesso à banda larga. Leia abaixo o manifesto sobre o tema, assinado pela Confederação e por diversas entidades e movimentos ligados à luta em defesa da banda larga.

Uma ação pela internet barata, de qualidade e para todos

Banda Larga é direito de todas e todos, independentemente de sua localização ou condição sócio-econômica. O acesso à internet é essencial porque permite o mergulho na rede que integra diferentes modalidades de serviços e conteúdos, funcionando como um espaço de convergência de distintas perspectivas sociais, culturais, políticas e econômicas. Elemento central na sociedade da informação, a inclusão digital, entendida de forma ampla, é condição para a concretização de direitos fundamentais como a comunicação e a cultura e se coloca como passo necessário à efetiva inclusão social, já que ela é essencial para o desenvolvimento econômico do país. A internet incrementa a produtividade e gera riquezas, sendo fator de distribuição de renda e de redução de desigualdades regionais.

Nós, organizações da sociedade civil e ativistas envolvidos no debate da democratização da comunicação e da produção colaborativa da cultura, reconhecemos a relevância das metas e políticas presentes no Plano Nacional de Banda Larga, sendo imprescindível, contudo, avançar. A proposta dessa campanha é funcionar como uma vigília permanente para que as políticas públicas sobre banda larga estejam pautadas no interesse público. Com base no acúmulo conquistado nas Conferências Nacionais de Comunicação e Cultura, no Fórum da Cultura Digital Brasileira e nas articulações relativas à constituição do Marco Civil da Internet e à reforma da Lei de Direitos Autorais, apresentamos as seguintes propostas guia e suas ações:

1. EFETIVA

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE INCLUSÃO DIGITAL

Rever a participação da sociedade civil no Fórum Brasil Conectado, ampliando a sua representação e democratizando seu processo de escolha;

Convocar, em conjunto com entidades da sociedade civil, um Fórum Participativo de Acompanhamento do Plano Nacional de Banda Larga, criando canais legítimos e públicos de consulta mútua que permitam a efetiva participação da sociedade nos processos decisórios do Plano;

Criar mecanismos públicos de consulta que contemplem a convergência de mídias e redes sociais buscando de todas as formas a tradução do debate para toda população.

2. PRESTAÇÃO DA BANDA LARGA SOB REGIME PÚBLICO

Reconhecer o caráter essencial da banda larga,

definindo-o como serviço público, sujeito a metas de universalização, controle de tarifas garantindo seu baixo valor, obrigações de continuidade voltadas à sua prestação ininterrupta e garantia da prevalência do interesse público na utilização da infraestrutura necessária ao serviço;

Integrar ações das esferas Federal, Estadual e Municipal para universalização da Internet da banda larga, possibilitando o acesso de qualquer pessoa ou instituição ao serviço e otimização do uso da infraestrutura, inclusive por meio da reserva de espaço eletromagnético livre de licenças para aplicações comunitárias;

Regular a utilização do espectro livre, permitindo a sua utilização por cidadãos e comunidades.

3. GESTÃO PÚBLICA DAS REDES PARA GARANTIR A IGUALDADE ENTRE PROVEDORES E O INGRESSO SUSTENTÁVEL DE NOVOS AGENTES

Implementar mecanismos de controle público da gestão das redes, garantindo o acesso não discriminatório e competitivo à infraestrutura;

Utilizar a Rede Nacional na geração de maior competição a partir da entrada de pequenos e médios provedores, bem como efetivar políticas de incentivo e financiamento possibilitando a sustentabilidade dos mesmos;

Democratizar as licenças para prestação do serviço de banda larga fixa (Serviço de Comunicação Multimídia) no âmbito do PNBL, permitindo que qualquer organização, inclusive as sem fins lucrativos, possa recebê-las;

Efetivar a prestação do serviço ao usuário final pela Telebrás;

Incentivar o uso de tecnologias diversificadas para distribuição da última milha (wi fi, wi max, eletricidade, redes mesh, incorporando novas tecnologias que surjam ao longo do tempo);

Fortalecer instrumentos de regulação e fiscalização com independência em relação ao mercado, participação social e atuação rápida e eficaz, não só com relação à competição, mas também quanto à qualidade do serviço. Estes

instrumentos devem atuar sobre todo o sistema, incluindo a Telebrás, grandes e pequenos provedores privados;

4. AMPLIAÇÃO DA DEFINIÇÃO DE PARÂMETROS DE QUALIDADE DA BANDA LARGA

Delimitar as condições de prestação adequada do serviço por meio de critérios objetivos que visem à efetiva proteção do consumidor e a utilização das redes em toda a sua potencialidade;

Assegurar o atendimento adequado ao consumidor e a não abusividade na publicidade e nos contratos, com especial atenção ao cumprimento do dever de informação;

Garantir a paridade de banda para download e upload, imprescindível para o uso multimídia alternativo, fiscalizando o cumprimento das taxas de transmissão contratadas e disponibilizando meios tecnológicos para verificação deste cumprimento pelo próprio usuário;

Definir a proteção à privacidade e à liberdade de expressão e de acesso a conteúdos como parâmetros de qualidade do serviço, em consonância às previsões do Marco Civil da Internet e à discussão do anteprojeto de lei de proteção de dados;

Assegurar a neutralidade da rede, propiciando o acesso igualitário a serviços, aplicativos e informações a todas e todos ao impedir interferências discriminatórias das operadoras na velocidade de navegação;

Implantar no PNBL velocidades de download e upload compatíveis com os conteúdos e aplicações disponíveis na rede, que realmente possibilitem o cidadão ser um agente do processo de produção da cultura digital.

5. APOIO À CULTURA DIGITAL

Estimular a Cultura Digital, Software Livre, Transparência e Princípios da construção colaborativa de conteúdos (ex: wiki);

Promover o uso da rede para produção, compartilhamento e distribuição de conteúdos, por meio de políticas públicas para produção de conteúdos culturais, científicos e educacionais, bem como o apoio a licenciamentos livres e à reforma da Lei de Direito Autoral;

Definir políticas concretas de fomento e desenvolvimento da indústria de inovação cultural e aplicações web baseadas em conteúdos culturais;

Estimular entidades e iniciativas voltadas à Alfabetização Digital, incluindo escolas de todos os níveis, Lan Houses e Programas de Inclusão dos governos e sociedade civil, possibilitando a apropriação e qualificação do uso da rede;

Criar espaços de acesso público e comunitário gratuito inclusive através de redes abertas (WI FI);

Incentivar a integração de acessos comunitários de ações do governo (telecentros, pontos de Cultura, acessos abertos por redes sem fio municipais) com a sociedade civil, englobando um conjunto de iniciativas públicas do Terceiro Setor na área de Cultura Digital e iniciativa privada. 

As instituições envolvidas nessa iniciativa são:

ABCCom – Associação Brasileira de Canais Comunitários
ABRAÇO – Associação Nacional das Rádios Comunitárias
AMARC Brasil – Associação Mundial de Rádios Comunitárias
ANEATE – Associação Nacional das Entidades de Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão
Casa de Cultura Digital
Campanha Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania
Centro de Estudos da Mídia Alternativa “Barão de Itararé
CFP – Conselho Federal de Psicologia
COJIRA – Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (DF, RJ, BA, AL, PB e SP)
Coletivo Digital
CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino
CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe
FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas
FITERT – Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão
FITTEL – Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações
FNECDC – Fórum Nacional das Entidades Civis de Defesa dos Consumidor
FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
Idec – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
Instituto Bem Estar Brasil
Instituto Geledés
Gpopai – Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação
Instituto NUPEF – Núcleo de Pesquisas, Estudos e Formação
Instituto Patrícia Galvão
Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social
Laboratório Brasileiro de Cultura Digital
MPB – Movimento Música pra Baixar
Movimento Fora do Eixo
MNU – Movimento Negro Unificado
Núcleo de Jornalistas Afrodescendentes (RS)
SinTPq – Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa, Ciência e Tecnologia de Campinas e Região
LBL – Liga Brasileira de Lésbicas
PROTESTE – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor
SINTTEL- Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Piauí
Sindicato dos Bancários da Bahia
UBM – União Brasileira de Mulheres



Mulher, trabalho e educação

Por Nara Teixeira*

O Brasil que elegeu a presidente Dilma Rousseff ainda precisa avançar muito para garantir às mulheres igualdade na ocupação dos espaços sociais. No mundo do trabalho, apesar da crescente participação feminina, já representando 50% da população economicamente ativa, a mulher ainda tem que conviver com o absurdo das diferenciações salariais, além de outras discriminações no ambiente de trabalho. A desigualdade não se dá de forma linear entre os diversos setores e existem contrastes expressivos. As mulheres representam 39,3% da força de trabalho na indústria nacional, 26,1% na

agricultura e apenas 6,3% na construção civil. E, infelizmente, alguns “tabus” ainda sobrevivem em pleno século XXI. Somos 77,6% nos serviços domésticos, de acordo com o Anuário dos Trabalhadores/2009, uma publicação do Dieese.

Historicamente expressiva, nos últimos tempos a presença feminina tem crescido ainda mais na educação brasileira. Somos mais de 50% entre os professores do ensino superior, 71% no ensino médio e 85% no ensino fundamental, revela a pesquisa do ministério da Educação, realizada em abril de 2010. Em 2009, de

acordo com levantamento do Dieese, as mulheres já eram 59,76% entre as pessoas que concluem o ensino superior. Mesmo na pesquisa de ponta a participação da mulher vem num crescente, até 2003 o país formava mais doutores do que doutoras, numa proporção de 50,2% para 49,8%. A partir desse ano esse quadro se inverteu e em 2008 o país formou 51% de doutoras, para 48% de doutores (CGEE, julho de 2010). A maior participação e conscientização da mulher na área de educação podem ser decisivas no processo de eliminação das marcantes desigualdades de gênero que ainda imperam em nosso país. Estamos na condição de promover e ampliar esse debate. No que diz respeito à organização sindical na área da educação, a presença da mulher também é significativa. No entanto, uma olhada para os espaços de organização sindical no mundo do trabalho ainda aponta pequena presença feminina, fator que não contribui com a maior repercussão de nossa mensagem.

No Brasil ainda convivemos com alguns absurdos na organização sindical. A mulher não tem acento em 26% das diretorias de sindicatos, sejam urbanos ou rurais (Dieese, julho de 2009). E mesmo quando está presente, a participação da mulher ainda é bem menor do que a do homem. No topo da representação sindical, ou seja, nas Centrais Sindicais, as mulheres representam apenas 21,18% de suas diretorias, segundo levantamento do Dieese, realizado em dezembro de 2009. Podemos afirmar que a luta sindical ainda é marcadamente masculina, em contraste com a crescente participação das mulheres no mundo do trabalho. Tal situação levou a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, CTB, a criar sua secretaria da Mulher como forma de garantir a maior participação das mulheres no movimento sindical brasileiro e promover o necessário debate em torno da igualdade de oportunidades, independente do gênero.

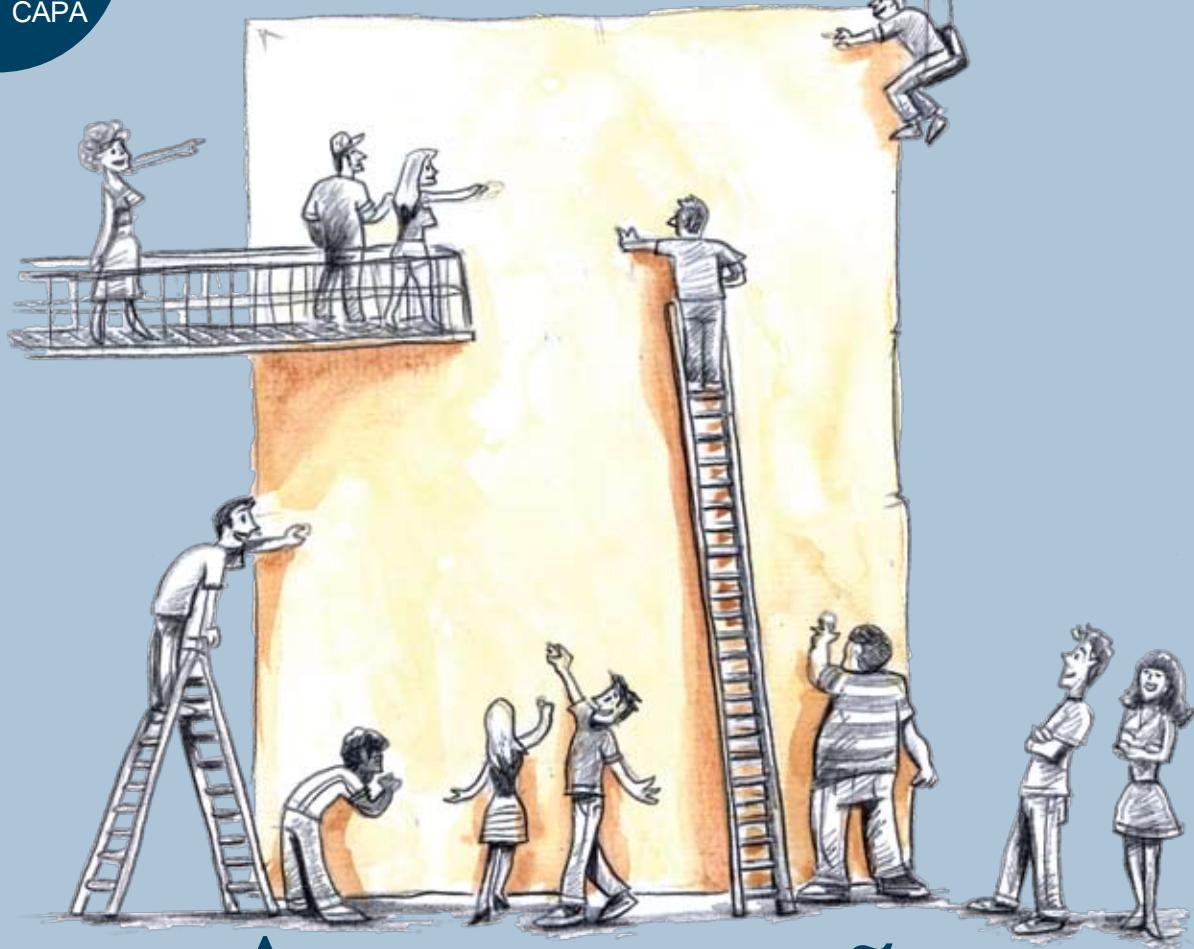
Simbólico é hoje a ocupação da presidência da república de nosso país por uma mulher, com história de luta e de intensa participação política. Que miremos todas nesse exemplo para eliminarmos de vez os muros das desigualdades. No espaço político, por ser um dos mais masculinos, o maior empoderamento da mulher certamente contribuirá com o aumento da participação

feminina em todos os outros espaços sociais. Pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão, Cultura Data e Ibope, em 2009, com relação à percepção e expectativas da população sobre a participação das mulheres na política, demonstra que para 77% dos homens e 80% das mulheres entrevistadas a maior participação das mulheres na política e nos espaços de poder melhora a democracia e os próprios espaços públicos em que atuam (Jordão, Fátima Pacheco, *Mulheres na Política*).

Num cenário de grande desigualdade econômica e social como o do Brasil, a luta por igualdade, mesmo a de gênero, sofre resistências por parte daqueles que não querem perder seus privilégios. Portanto, ao lado da justa luta pelos direitos da mulher, nós, mulheres sindicalistas, também temos que desenvolver a luta por maior justiça social, pela construção de uma sociedade igualitária para todos e todas. Entrelaçar de forma e eficaz essas bandeiras é o grande desafio para as mulheres conscientes de seus direitos. ●



* *Nara Teixeira, Secretaria de Gênero e Etnia da ConTEE, presidente estadual da CTB-MT, e presidente do SINTRAE-MT*



A construção do novo PNE

A aprovação do novo Plano Nacional de Educação (2010-2020) deverá ser conduzida por meio de debate democrático e participativo, refletindo a concepção e as metas aprovadas na 1ª Conferência Nacional de Educação, a fim de garantir avanços significativos para o setor educacional brasileiro.

O grande desafio dos movimentos sociais ligados à educação em 2011 está claro: a construção do novo Plano Nacional de Educação (PNE). A mobilização, os debates e a luta propriamente dita dentro e fora do Congresso Nacional para que o novo PNE de fato reflita os anseios da sociedade e, além disso, seja capaz de nortear as transformações na área educacional que o Brasil tanto deseja e necessita, são as prioridades das entidades nacionais de educação neste ano. A luta, como de costume, será intensa e travada entre os interesses públicos e privados. E, neste campo, a CONTEE tem muito a colaborar.

Infelizmente, o primeiro passo dado na proposição do novo PNE foi equivocado. A proposta foi elaborada pelo Executivo sem debate prévio junto às entidades que participaram da 1ª Conferência Nacional de Educação e encaminhada diretamente ao Parlamento. Ainda assim, acredita-se que isso não será capaz de comprometer o processo de formulação de emendas e aprovação do Projeto de Lei 8035/2010. As entidades afirmam que há tempo para que a proposta seja burilada e aperfeiçoada, especialmente agora, com a constituição de fato do Fórum Nacional de Educação (realizada em abril de 2011).

Entre as primeiras deliberações do Fórum está a incorporação da defesa de princípios estabelecidos entre a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e o Ministério da Educação (MEC) sobre a tramitação do PNE – leia o quadro sobre os termos do acordo. Além disso, o pleno do FNE se comprometeu a colaborar com a organização de fóruns estaduais, distrital e municipais de educação, na perspectiva de iniciar os debates sobre os planos subnacionais de planejamento educacional.

investimento de verbas públicas apenas para a educação pública na universalização da educação infantil e na expansão da educação profissionalizante; e a indicação de investimento de 10% do PIB (Produto Interno Bruto) para a educação”, destacou.

A ideia de que o PNE contemplasse todas as propostas oriundas da 1ª CONAE era também a expectativa da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação). De acordo com o Presidente da entidade, Roberto Leão, as deliberações da CONAE “expressaram a pluralidade e o aprofundamento do debate sobre o projeto educacional que o País deve perseguir na perspectiva de construir uma sociedade inclusiva”.

Aperfeiçoar a proposta

Para Madalena Guasco Peixoto, Coordenadora Geral da CONTEE, a proposta de PNE elaborada pelo Executivo, em certos aspectos, reflete o debate realizado na Conferência Nacional de Educação (CONAE). “Porém deixou de fora aspectos fundamentais, como: a criação do Sistema Nacional de Educação; a regulamentação da educação privada; a gestão democrática nas escolas públicas e privadas; a determinação do

A luta, como de costume, será intensa e travada entre os interesses públicos e privados. E, neste campo, a CONTEE tem muito a colaborar.



va, igualitária e soberana”. Em sua análise, entretanto, “tanto as forças internas no Governo quanto a pressão de setores influentes da sociedade fizeram com que a proposta de PNE do MEC abarcasse temas dissonantes aos deliberados pela CONAE”, destacando os estímulos às creches conveniadas e à participação do setor privado no ensino médio profissional.

Embora a CNTE concorde com a estrutura enxuta do Projeto, Leão ressalta que é

importante que o texto legal explice os referenciais das metas e estratégias, a fim de facilitar o acompanhamento do Plano e seu controle social. “Outro ponto de destaque refere-se a uma melhor junção das metas relativas à valorização dos profissionais da educação, devendo-se priorizar a elevação do poder de compra do piso do magistério, sua extensão aos demais profissionais da educação, observada sua incidência nos vencimentos iniciais das carreiras e nas jornadas de trabalho, que devem contemplar no mínimo 1/3 (um terço) de hora-aula para atividades extraclasse do magistério”, afirmou Roberto Leão.

Já para o coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, o texto original do PL 8035/2010 é apenas um primeiro passo. “O texto encaminhado pelo Executivo não contém um diagnóstico, não está acompanhado de notas técnicas que justifiquem as opções tomadas pelo governo federal e não determina responsabilidades federativas. Em outras palavras,

não sabemos qual será o papel da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para o cumprimento de cada uma das metas propostas”.

Após uma primeira avaliação, a Campanha já apresentou 86 emendas que, de acordo com Daniel, retomam as deliberações da CONAE. “O PNE precisa ser um plano capaz de adiantar consistentemente o passo do Brasil rumo à consagração do direito à educação pública de qualidade”, afirmou Cara.

Expectativa em relação à tramitação no PL

A tramitação do Projeto de Lei do novo PNE no Congresso Nacional será conduzida por uma Comissão Especial, que tem, em princípio, o objetivo de dar celeridade e prioridade ao processo. Entretanto, preocupada com a composição e a articulação dessa Comissão, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação acordou com o MEC princípios para a garantia de um debate qualificado e democrático em torno do plano – acordo este, como citado acima, ratificado pelo Fórum Nacional de Educação – veja detalhes em destaque.

“Esperamos que o MEC cumpra com sua palavra. O mais importante é que o Fórum Nacional de Educação também incorporou o acordo. Nossa objetivo agora é buscar interlocução com os parlamentares. Apenas se for bem debatido e legitimado é que o PNE avançará. Se avançar de forma legítima, não sofrerá vetos”, acredita o Presidente da CNTE.

Para Daniel Cara, a tramitação da matéria em Comissão Especial, na Câmara e possivelmente no Senado, tende a acelerar a tramitação, “mas é preciso que a agenda de debates privilegie a inserção dos movimentos educacional e social”. De acordo com o Coordenador da Campanha, “atualmente há previsão de mais de 200 emendas ao PL 8.035/10, o que mostra a vontade popular em melhorar a proposta governamental”.

Quanto a possíveis vetos, Daniel considera que “uma tramitação participativa, que resulte no aperfeiçoamento da proposta do Executivo, à luz da CONAE, dará ao PNE maior legitimidade e coesão social. E estas prerrogativas não só dificultam possíveis

*"A Confederação também fará uma atividade específica para avaliação do Projeto e definição da posição e da organização da entidade no enfrentamento da tramitação da Lei".
Madalena Guasco Peixoto*

vetos como tendem a estimular a mobilização da sociedade em prol do cumprimento das metas e estratégias ao longo da próxima década”.

Para Madalena Guasco Peixoto, acima de tudo, é preciso garantir que o PNE aprovado represente avanço para a educação nacional e refletia a concepção e as metas aprovadas na CONAE. Para isso, segundo a

dirigente, é necessário que as entidades acompanhem a tramitação, exigindo participação e debate democrático. A Lei deverá ser sancionada até o final de 2011.

Mobilização das entidades

Em relação à mobilização, a Campanha pretende repetir a estratégia de incidência no Fundeb. “No Fundeb criamos e coordenamos o movimento ‘Fundeb pra Valer!’. Vamos agora trabalhar na ótica de um ‘PNE pra Valer!’. Ainda não temos um mote para nosso movimento, mas a ideia é que o PNE esteja verdadeiramente fundamentado nas

Acordo para tramitação do PL do novo PNE

Conheça alguns dos termos do acordo firmado entre o MEC e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, e ratificado pelo Fórum Nacional de Educação, para tramitação PL do novo PNE:

- A Comissão Especial, na qual irá tramitar o PL 8035/2010, deve ter a participação majoritária de parlamentares dedicados e comprometidos com a causa da educação, privilegiando membros da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados;
- A tramitação do PL 8035/2010 deve ser célere, sem ser aligeirada, com a preocupação essencial de que haja qualidade nos debates em torno da matéria, tão importante ao País;
- A tramitação do PL 8035/2010 deve ser democrática e participativa, compreendendo um amplo cronograma de audiências públicas capazes de garantir a necessária capilaridade e legitimidade ao futuro mecanismo legal de planejamento da educação brasileira.

Leia texto na íntegra no Portal da CONTEE (www.contee.org.br)

deliberações da CONAE,
o que hoje não ocorre hoje”,
informou Daniel Cara.

“Esperamos que o MEC e o Congresso Nacional tenham uma postura democrática e valorizem o sentimento de participação mobilizado pela CONAE. Depois da CONAE e com o Fórum Nacional de Educação criado, nenhuma lei educacional poderá ser debatida sem a participação da sociedade civil. Esse é o maior legado do último mandato do presidente Lula em termos de educação”, destacou Daniel.

Em fevereiro, a CNTE realizou um seminário nacional, com a participação da CONTEE, para analisar o Projeto e orientar a elaboração das emendas a serem apresentadas à Comissão Especial da Câmara dos Deputados. “A partir de agora, a entidade atuará semanalmente no Congresso Nacional para fazer valer suas emendas e as da comunidade escolar, que dialogam com as posições de nossa Confederação. Nossa objetivo se concentrará tanto na garantia de espaço para o debate social – e o consequente aperfeiçoamento da proposta do MEC – como no cumprimento dos prazos de tramitação, nas duas casas do Congresso”, ressaltou Leão.

De acordo com a Coordenadora Geral da CONTEE, “além de acompanhar a tramitação da Comissão Especial, a Confederação também fará uma atividade específica para avaliação do Projeto e definição da posição e da organização da entidade no enfrentamento da tramitação da Lei”. ●

Diretrizes propostas pelo MEC para o PNE 2010-2020

Entre as diretrizes que constam no Projeto de Lei 8035/ 2010 do PNE, encaminhado ao Congresso Nacional pelo Ministério da Educação em 2010, estão:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais;
- IV - melhoria da qualidade do ensino;
- V - formação para o trabalho;
- VI - promoção da sustentabilidade sócio-ambiental;
- VII - promoção humanística, científica e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto;
- IX - valorização dos profissionais da educação; e
- X - difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação.

Acesse ao texto completo da proposta no Portal da CONTEE



A sucursal da *Casa Branca*

O jornalista Leandro Fortes, autor do Blog "Brasília eu vi", comentou na Blogosfera sobre as novidades expostas pelo WikiLeaks, que revelaram a "colaboração" de jornalistas brasileiros com informações e análises políticas enviadas à Embaixada dos Estados Unidos. Para Fortes, "com analistas assim, não é a toa que o governo Obama se encontra na situação que está". Além do texto instigante, CONTEÚDO indica o Blog do jornalista como leitura imperdível e importante no contrapeso da mídia hegemônica.

Entre todas as bizarices expostas pelo WikiLeaks, a mais interessante é a revelação, sem cerimônias, de que a Embaixada dos Estados Unidos mantinha (mantém?) uma verdadeira sucursal informal no Brasil, na qual se revezavam jornalistas (de uma só tendência, é verdade), a elaborar análises políticas – todas furadas, diga-se de passagem.

Na redação da embaixada brilharam, primeiro, os colunistas Diogo Mainardi, da Veja, e Merval Pereira, de O Globo. Segundo despacho de Arturo Valenzuela, secretário adjunto de Estado para Assuntos do Hemisfério Ocidental, em 2009, o “renomado colunista político” Mainardi, em almoço privado (?), disse que uma coluna propondo que a ex-candidata presidencial do Partido Verde (PV) e ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva se tornasse candidata a vice do tucano José Serra havia nascido “de uma longa conversa” entre os dois, Serra e Mainardi, na qual o ex-governador de São Paulo afirmara que Marina seria sua “companheira de chapa dos sonhos”. De acordo com Valenzuela, Serra alinhou naquela conversa com Mainardi as mesmas vantagens que o colunista, mais tarde, iria listar em sua coluna: a história de vida e as “credenciais esquerdistas impecáveis” de Marina poderiam bater o apelo pessoal de Lula aos brasileiros pobres e colocar Dilma Rousseff em desvantagem com a esquerda. Ao mesmo tempo, a vice verde ajudaria Serra a “mitigar” sua associação com o governo de Fernando Henrique Cardoso. Mainardi ainda preconizou que, mesmo sem sair como vice, Marina poderia apoiar Serra num segundo turno contra Dilma. Também apostou que Aécio Neves iria se juntar à chapa de Serra. Um profeta, como se vê.

A mesma lengalenga Arturo Valenzuela ouviu do colunista Merval Pereira, que rememorou uma conversa tida entre ele, Merval, e Aécio Neves, um dia antes do jornalista se reportar à Embaixada dos EUA, em 21 de janeiro de 2010. Ou seja, informação quentíssima! A Merval, informou Valenzuela à Casa Branca, Aécio Neves teria dito estar “firmemente

compromissado” em ajudar Serra de qualquer maneira, inclusive se juntando à chapa. Uma chapa Serra-Neves, opinou Merval Pereira ao interlocutor americano, venceria fácil. “(Merval) Pereira pessoalmente acredita que não só Neves concorreria com Serra, mas que Marina também apoia Serra em um segundo turno”. Outro profeta.

Agora, sabemos pelo WikiLeaks que Humberto Saccomandi, editor de notícias internacionais do jornal Valor Econômico, acompanhado do analista político Rafael Cortez, da Tendências Consultoria, também foram convocados pela sucursal da Embaixada a analisar a candidatura de Dilma, mas estes acertaram: a subida de Dilma Rousseff nas pesquisas iria favorecer-lá no congresso nacional do PT, no fim de fevereiro de 2010, onde se esperava que ela anunciasse sua candidatura oficialmente.

Classificados de “críticos mais duros de Rousseff”, os jornalistas William Waack, da TV

"A Embaixada dos Estados Unidos mantinha (mantém?) uma verdadeira sucursal informal no Brasil, na qual se revezavam jornalistas (de uma só tendência, é verdade), a elaborar análises políticas".

Globo, e Hélio Gurovitz, da revista Época, também foram à Embaixada dos Estados Unidos dar pitaco, mas em clima de torcida organizada pró-Serra. Waack descreveu para o Consulado Geral, em São Paulo, sua ida a um fórum de negócios do qual José Serra, Dilma Rousseff, Aécio Neves e Ciro Gomes tinham participado. A análise, não fosse surreal, é pouco mais do que rasa. “De acordo com Waack, Gomes foi o mais forte no geral, Neves o mais carismático, Serra desligado, mas claramente competente (grifo meu), e Rousseff, a menos coerente”, escreveu, à Casa Branca, o embaixador Thomas Shannon, editor-chefe da sucursal. Crítica duríssima, essa de Waack.

Helio Gurovitz, diretor da Época, foi mais adiante ao se reportar à Embaixada do EUA. Descreveu o Brasil como similar ao Chile (onde a esquerdista Michelle Bachelet perdeu a eleição para o direitista Sebastián Piñera). Argumentou que a “base social do país” se desenvolveu de maneira que esta “base” – seja lá o que for isso, o povo é que não era – preferia alternar partidos no poder para manter continuidade (sic), em vez de manter um partido no poder no longo prazo, “com isso provocando uma guinada na direção daquele partido no espectro político”. O embaixador, creio, não entendeu nada. Mas registrou, por via das dúvidas.

Com analistas assim, não é a toa que o governo Obama se encontra na situação que está. ☩



Fonte: *Brasília, eu vi. Blog de Leandro Fortes*
(15/03/2011)

Quem é Leandro Fortes?

Além de autor do Blog “Brasília, eu vi”, o jornalista, atualmente, é repórter da revista CartaCapital, em Brasília-DF. Já trabalhou em diversos veículos da grande imprensa brasileira. Entre eles: Jornal do Brasil, Zero Hora, O Globo, Correio Braziliense, Estado de S.Paulo, Época e TV Globo. Também foi chefe da Agência Brasil, da Radiobrás, e comentarista da Voz do Brasil, da Rádio Nacional de Brasília. É autor dos livros: “Jornalismo Investigativo”, “Cayman: o dossiê do medo” e “Fragmentos da Grande Guerra”. Sua mais recente obra chama-se: “Os segredos das redações”. É criador do curso de jornalismo online do Senac-DF e professor da Escola Livre de Jornalismo.

Leandro Fortes conversou exclusivamente com CONTEÚDO sobre a luta pela democratização da comunicação no Brasil e a importância da Blogosfera nesse processo. Leia abaixo:

O acesso à internet é fundamental para a democratização da mídia no Brasil?

Fortes – Tenho absoluta certeza, daí a importância do Plano Nacional de Banda Larga. A inclusão social é, hoje, um fator essencial para a democratização da informação, do conhecimento e da cultura no mundo todo. E quando falamos “democratização da mídia”, obviamente, não estamos falando dessa mídia que aí está, mas das novas, alternativas e profundas, que há de surgir sobre as cinzas destas.

Que tal ser um blogueiro “sujo”? Como é participar desse “movimento de resistência”, liberado pelos blogueiros progressistas e pelos veículos da mídia alternativa?*

Fortes – Ser um blogueiro “sujo” é fazer parte do mais importante movimento de democratização da informação no Brasil e no mundo, desde a invenção da imprensa. Graças aos blogs e às muitas

facetas da blogosfera, foi possível desarticular a rede de manipulação e falseamento montada em torno de diversos veículos de comunicação brasileiros e, a partir daí, estabelecer parâmetros reais e imediatos de fiscalização e crítica.

A Blogosfera desempenha hoje no Brasil a melhor e maior resistência à luta contra a mídia hegemônica?

Fortes – A blogosfera é praticamente a única resistência possível à hegemonia dos poucos e poderosos grupos de comunicação que dominam o Brasil. Isso porque os demais veículos de massa, como rádio e TV, embora sejam concessões públicas, são dominados por esses grupos.

*A expressão foi utilizada por José Serra durante a campanha eleitoral ao falar sobre os articulistas progressistas da Blogosfera.

Acompanhe o Blog “Brasília, eu vi”:

<http://brasiliaeuvi.wordpress.com/>

E no Twitter: @leandrofortes

“Estou muito esperançosa”

Com uma história de vida de muita luta e dificuldades, ela iniciou sua trajetória no interior de Goiás e hoje ocupa um dos cargos mais importantes do Judiciário brasileiro. A seguir, entrevista exclusiva com a ex-assessora jurídica da CONTEE e atual Ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Dra. Delaíde Miranda Arantes.



Como foi a sua trajetória de vida até ingressar na carreira jurídica?

Dra. Delaíde Arantes – Eu morei na roça até os 14 anos de idade, estudei em uma escola pública, onde os alunos estavam todos na mesma sala, do primeiro ao quarto ano. Era o mesmo professor que ensinava para todos, porque era escola da roça. Depois eu me mudei para a cidade e fui fazer admissão ao ginásio. Quando eu era criança, tinha um desejo muito grande de estudar. Assim como hoje eu estudo uma tese de Direito, eu me lembro de estudar a lição, às vezes com luz de lamparina. Sempre gostei muito de estudar. Desde mocinha, de criança, eu me propus um desafio. Eu cresci com uma incumbência, que minha avó materna me deu, de ajudar a cuidar da minha mãe. Então, eu queria muito estudar, queria muito vencer. Eu não tinha muita ideia do que seria vencer. Nunca fui uma pessoa que pensava que vencer era ter dinheiro. Eu sempre considerei vencer como “ser”.

Quando eu terminei a quarta série, considerei que eu deveria ir para a capital (Goiânia), porque percebi que para eu ter uma condição de compe-

“Eu queria muito estudar, vencer. Nunca fui uma pessoa que pensava que vencer era você ter dinheiro. Eu sempre considerei vencer como “ser””.



Fotos: Willians Moraes

titividade eu teria que me mudar para a capital. No interior, tinha muito pouca possibilidade de emprego, então trabalhei como empregada doméstica em duas ocasiões e fiz grandes amigos nas casas onde trabalhei.

Uma coisa que acho muito importante é levar a vida a sério. Nunca deixei de passear, de dançar, de namorar. Namorei, noivei, casei, tive filhos, mas eu sempre tive a perspectiva de que a vida é uma coisa muito séria. A ferro e a fogo? Não. Você tem que ser criança, adolescente, tem que brincar, tem que sair, mas é preciso ler, estudar, sabe? Eu nunca fui a melhor aluna, de nota 10, mas sempre procurei priorizar aprender.

Quando eu me formei em Direito, sempre teve advogado para me convidar para trabalhar. Nunca me faltou convite. Então, aprendi muito com as pessoas que confiaram em mim e procurava sempre corresponder à confiança. Da mesma forma que hoje eu estou trabalhando para corresponder à confiança dos advogados, das pessoas minhas amigas, da CONTEE, dos dirigentes da OAB, que me colocaram numa lista sétupla, do TST, que confiou em mim e me colocou numa lista tríplice,

do (então) Presidente da República Lula, que fez a minha escolha, da Presidenta Dilma, que assinou o ato de nomeação, do Senado que aprovou o meu nome.

Por isso, estou levando uma carga de responsabilidade muito grande. Aquela mesma responsabilidade de quando eu saí da roça e pensei “preciso ser aprovada no exame de admissão”, de quando eu saí de Pontalina e fui pra Goiânia. Estou levando essa mesma carga de responsabilidade agora para o TST.

"A frase "Eu não vou conseguir"

O fato de ser mulher foi um desafio a mais a ser superado?

Dra. Delaíde Arantes – Eu diria que a mulher precisa ser meio “penetra”. Não dá para ficar esperando virem oferecer alguma coisa. No meio jurídico é muito importante ser ofensiva, ter algo a oferecer. Eu dei aula na Universidade, na PUC de Goiás. Eu procurava preparar uma aula bastante interessante, procurava fazer grupos de trabalho. Eu considero que tudo para a mulher é um desafio. Eu sabia que ia precisar estudar mais do que os homens na minha turma de Direito, por exemplo. Então, você fazendo isso leva junto dois desafios: o desafio de crescer e o desafio de romper as barreiras pelo fato de ser mulher. Eu acho que isso precisa estar presente na mulher, que ela não precisa ter medo do mercado, ela não precisa ter medo do desafio, que ela vai conseguir.

Neste sentido, como foi conciliar e administrar uma carreira, nesse universo competitivo e machista, e ainda cuidar dos filhos?

Dra. Delaíde Arantes – Essa conciliação não é uma tarefa fácil. Acho que é a conciliação mais difícil que eu encontrei. Porque quando eu fiquei grávida da minha primeira filha, eu era estagiária de Direito, no começo da minha carreira. Só que fiz um propósito, que era não deixar de fazer nada relativo à minha carreira para não cobrar

dela depois, porque se eu interrompesse a minha carreira eu ia cobrar dela depois. Hoje minhas filhas são advogadas, todas estão casadas e quando a gente vai fazer um balanço, às vezes, acho que eu poderia ter cuidado um pouquinho melhor delas e trabalhado um pouco menos, mas acho que é o sentimento de toda mãe. Toda mãe profissional pensa nisso, mas não ficou nenhuma sequela maior.

Sua atuação como uma assessora jurídica na CONTEE foi uma experiência importante na construção da sua carreira?

Dra. Delaíde Arantes – Foi muito importante. Atuei na CONTEE

“Estou levando uma carga de responsabilidade muito grande. Aquela mesma responsabilidade de quando eu saí da roça”.



não tem no meu dicionário”.

por seis anos e prestar assessoria jurídica para uma entidade nacional é sempre muito importante na carreira profissional de um advogado. Na CONTEE, eu tive a oportunidade de desenvolver uma política jurídica mestre, no centro de poder, na cúpula da entidade sindical, com mais de 70 entidades filiadas. A gente teve o livro (“Professores: Direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores no ensino privado”), que eu participei da coordenação e de toda organização, junto com o Ministro José Luciano de Castilho Pereira. Foi uma experiência de um exercício da advocacia em caráter máximo, muito interessante. Eu considero que na CONTEE eu consegui fazer um trabalho que de muitas formas me projetou. Porque na advocacia em Goiás, você pode ser um advogado de renome, com respeitabilidade, que os juízes respeitam, que os procuradores do trabalho respeitam, os advogados respeitam, mas não tem tanta projeção. O fato de ser assessora jurídica da CONTEE me ajudou e eu aprendi muito. Posso dizer que aprendi mais do que ensinei.

É possível dizer que a classe trabalhadora ganhou uma aliada no Tribunal Superior do Trabalho?

Dra. Delaíde Arantes – Eu venho de uma experiência de 30 anos de advocacia. O advogado defende causas e posso afirmar que a minha grande paixão é advocacia de trabalho. Meu primeiro emprego de carteira assinada foi como advogada de um sindicato de trabalhadores. Essa é minha grande paixão. Agora, deixo a advocacia e passo a ser magistrado. Na magistratura, eu preciso ter um equilíbrio, porque eu vou examinar causas, recursos, tanto de empregadores como de trabalhadores.

O que eu acho muito interessando é que eu trago essa vivência, essa experiência para a minha bagagem da magistratura. Meu primeiro papel



“Eu considero que tudo para a mulher é um desafio. Eu sabia que ia precisar estudar mais do que os homens na minha turma de Direito”.

vai ser fazer justiça, mas trago essa bagagem, que é diferente da bagagem de um magistrado que estudou sempre na escola particular, que é filho de um latifundiário. A bagagem que ele trás é muito diferente da que eu trago. Embora eu tenha, como magistrada, que procurar fazer justiça, isso faz uma diferença grande na interpretação da lei, na jurisprudência. O magistrado não é um ser extraterrestre, ele tem toda a sua formação, quer dizer, todo o meu aprendizado dos 14 anos que eu morei na roça, do meu estudo na escola pública, dentro desses 58 anos de vida e desses 30 anos de advocacia eu trago a bagagem de tudo que eu vivenciei. Então, considero que eu trago para a magistratura o que nós chamaríamos no meio acadêmico de “experiência de campo”.

Como foi receber a notícia da indicação do seu nome pelo ex-presidente Lula?

Dra. Delaíde Arantes – Foi muito emocionante. O que me deixa mais feliz é que saber que trabalhar com ética, que valorizar o “ser”, acima de tudo, ter honestidade intelectual, honestidade pessoal, honestidade profissional, valeu a pena! Uma das coisas mais gratificantes para mim é isso. É gratificante. São 58 anos de uma linha de princípios, de não mentir, pois dizem que advogado tem que mentir, que advogado tem que enganar as pessoas. Eu digo que não tem nada disso, que pode ser advogado honestamente, que não precisa mentir, que você não precisa enganar as pessoas, que você pode ser verdadeiro, pode ser você mesmo e saber que valeu a pena e poder dizer isso para as pessoas é muito interessante. E, além disso, a frase “eu não vou conseguir” não

tem no meu dicionário.

Eu diria que essa minha indicação faz parte desse momento novo que a gente está vivendo no Brasil. Um momento de consolidação da democracia e valorização da cidadania. Faz parte do novo Brasil que nós estamos vivendo. Em nenhuma circunstância anterior eu teria a possibilidade de mostrar o meu trabalho.

Qual a sua expectativa em relação ao trabalho no TST?

Dra. Delaíde Arantes –

Eu tenho uma característica que é assim: sempre a gente vai encontrar uma saída. Então, quando eu chego no gabinete e me mostram 11 mil processos, muito trabalho, muita tarefa. Uma das estratégias que eu vou utilizar é fazer uma organização

“O fato de ser assessora jurídica da CONTEE me ajudou e eu aprendi muito.

Posso dizer que aprendi mais do que ensinei”.



profissional do gabinete. O que é uma organização profissional? É uma organização com base em muito profissionalismo, obviamente que não é só o meu, mas o da equipe também. Ainda não sei se o sistema vai ser mutirão, pois acho que duas coisas hoje a gente vai ter que se preocupar: uma é o processo não ser tão demorado, porque a lentidão é uma forma de injustiça. Então, a gente tem que encontrar uma forma de ser o mais rápido possível. A outra questão é a proximidade com a sociedade, porque em regra o tribunal superior de cúpula, não é só o TST, fica muito distante da sociedade. A vaga do Quinto Constitucional propicia muito essa aproximação, essa interlocução com a sociedade, porque o Ministro veio de campo.

E eu empregarei todos os meus esforços para aproximar o Tribunal Superior do Trabalho da sociedade. Quero ter um contato grande com as minhas origens, como a Ordem dos Advogados, com o movimento sindical. Eu não tenho muita certeza, mas me parece que é a primeira vez que é nomeado para o Tribunal Superior do Trabalho um ministro oriundo do movimento sindical, com ligações mais estreitas com o movimento sindical. Então eu tenho também uma responsabilidade muito grande nesse sentido, mas estou muito esperançosa.

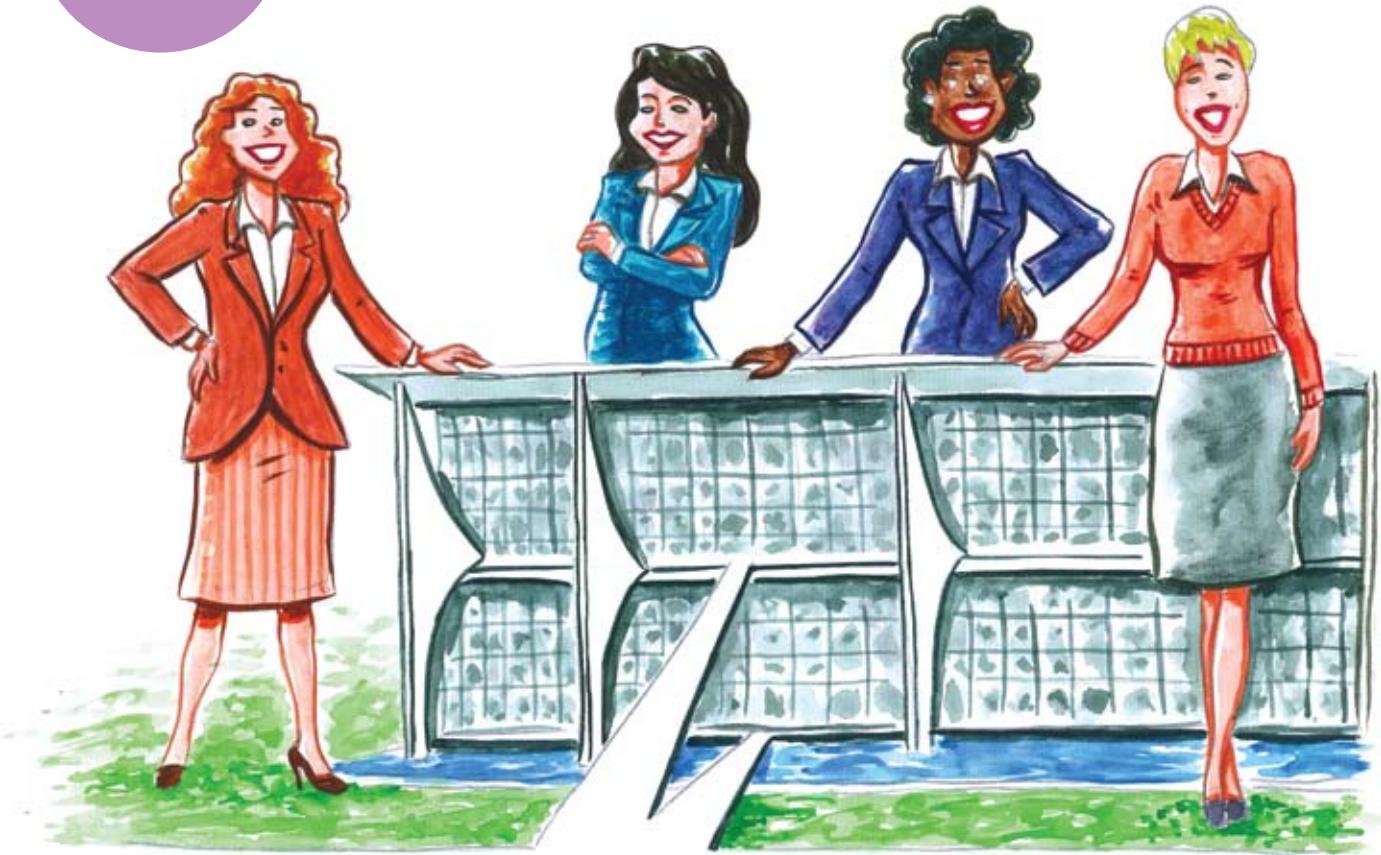
Gostaria de deixar uma mensagem para CONTEE?

Dra. Delaíde Arantes –

Eu gostaria de deixar uma mensagem de agradecimento ao apoio que eu recebi da CONTEE. Faço esse agradecimento em nome da professora Madalena, da professora Clotilde e do Secretário João Batista. Foi muito importante o apoio que eles me deram para desenvolver o meu trabalho. E quero também me colocar a disposição da CONTEE. Meu projeto é fazer um trabalho bem próximo da sociedade, o mais transparente possível. Não tem como fazer grandes mudanças de repente, mas eu quero fazer bem o trabalho. O projeto é esse.●



“Na CONTEE, entrei na oportunidade de desenvolver uma política jurídica mestre, no centro de poder, na cúpula da entidade sindical, com mais de 70 entidades filiadas”.



Elas chegaram lá

Saiba quem são as mulheres que ocupam hoje nove ministérios do Governo Dilma.

Após completar 100 dias de governo, as palavras mais vezes proferidas pela Presidenta Dilma Rousseff em seus 32 discursos realizados no período foram: Brasil e mulher. A constatação, divulgada e comentada pela imprensa, destaca um ponto peculiar no novo Governo: a busca pela valorização da mulher. Tal conduta se revelou sintomática na montagem do novo ministério, que teve grande inserção de mulheres nessas instâncias de Poder.

Além do País ser, pela primeira vez em sua história, governado por uma mulher, nunca houve tantos

cargos ocupados por mulheres no alto escalão do Governo Federal. A fim de salientar essa participação mais ativa e de destaque, apresentamos abaixo um breve perfil das mulheres que atualmente compõem o Ministério do Governo Dilma. As mulheres que chegaram lá:

Ana Maria Buarque de Hollanda



Ministra da Cultura

Sempre trabalhou na área artística. Atuou como vocalista em grupos e em gravações de Toquinho, Vinicius de Moraes, Tom Jobim, entre outros. Como gestora pública, foi Secretária de Cultura em Osasco, SP. Em 2003, mudou-se para o Rio de Janeiro, para assumir o cargo de diretora do Centro de Música da Fundação nacional de Artes (Funarte), onde permaneceu até 2006.

Nasceu em 12 de agosto de 1948 em São Paulo. É filha de Maria Amélia e do historiador e sociólogo Sérgio Buarque. Tem seis irmãos, quatro cantores - além dela, Chico Buarque, Miúcha e Cristina.

É mãe de dois filhos e tem três netos.

www.cultura.gov.br

Iriny Lopes

Ministra-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres



Iriny é militante das causas de Direitos Humanos, Habitação e Meio Ambiente. Eleita deputada federal em 2002, e reeleita em 2006, integrou a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) e também o Conselho de Ética da Câmara. Em 2009, foi indicada relatora da CPI das Escutas Telefônicas Clandestinas.

Com 19 anos, iniciou sua militância no movimento popular no Espírito Santo (ES). Fundou a Cooperativa de Engenheiros do ES, entidade que desenvolveu um programa habitacional em uma das regiões mais carentes de Vitória. A mobilização em prol de moradia resultou na Articulação Nacional de Solo Urbano (Ansur), em nível nacional, da qual Iriny fez parte.

A Ministra tem três filhos e dois netos.

www.sepm.gov.br

Helena Chagas

Ministra-chefe da Secretaria de Comunicação Social

Helena Chagas foi a coordenadora de imprensa da presidente eleita Dilma Rousseff durante a campanha eleitoral e a transição.



Filha do jornalista Carlos Chagas, freqüentou redações desde criança e foi educada numa casa onde a leitura dos jornais era rotineira. Formada pela Universidade de Brasília (UNB) em 1982, Helena iniciou a carreira como repórter. A partir de maio de 2006, dirigiu a sucursal de Brasília do SBT.

Em novembro de 2007, assumiu como diretora de jornalismo da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a rede pública de TV, cargo que deixou para entrar na campanha eleitoral.

Tem dois filhos e um neto.

www.secom.gov.br

Ideli Salvatti

Ministra da Pesca e Aquicultura

Formada em física pela Universidade Federal do Paraná, foi a primeira mulher eleita senadora por Santa Catarina, em 2002. Iniciou sua militância em Joinville e foi professora entre 1983 e 1994, sendo presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação - SINTE/SC por dois mandatos. Foi uma das fundadoras da Central Única dos Trabalhadores (CUT/SC), sendo tesoureira na gestão 1988-1991.

Ela passou a ser líder da bancada petista no Senado a partir de 2006 e, em 2009, líder do governo no Congresso. Antes do Senado, cumpriu dois mandatos na Câmara dos Deputados (de 1994-1998 e 1999-2002).

Ideli é mãe de dois filhos e tem um neto.

www.mpa.gov.br



Izabella Teixeira
Ministra do Meio Ambiente



Izabella já ocupa o cargo desde abril de 2010, quando o então ministro Carlos Minc saiu para concorrer às eleições. Nascida em Brasília, a bióloga é mestre em Planejamento Energético e doutora em Planejamento Ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Especialista em avaliação ambiental estratégica, ela é funcionária de carreira do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Lecionou em programas de pós-graduação e de cursos ambientais em diferentes universidades, como a UFRJ e a Escola Politécnica.

www.mma.gov.br

Luiza Helena de Bairros
Ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Mestre em ciências sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutora em sociologia pela Michigan State University, chefiou a Secretaria de Promoção da Igualdade do Governo da Bahia. Gaúcha de Porto Alegre (RS), se mudou para a Bahia em agosto de 1979, após ter tido contato com o Movimento Negro Unificado. Entre 2001 a 2003, atuou no programa das nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), na preparação e acompanhamento da III Conferência Mundial Contra o Racismo. Também cuidava da relação entre as agências internacionais com o governo e a sociedade civil.



Entre 1976 e início da década de 1990, coordenou a pesquisa do Projeto Raça e Democracia nas Américas: Brasil e Estados Unidos. Neste período lecionou nas universidades Católica de Salvador e Federal da Bahia/UFBA.

www.portaldraigualdade.gov.br

Maria do Rosário
Ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos



Maria do Rosário iniciou sua militância no movimento estudantil secundarista e no Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - CPERS/Sindicato. Professora da rede pública, a pedagoga formada e com mestrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é especialista em estudos sobre violência doméstica pelo Laboratório de Estudos da Criança da Universidade de São Paulo (Laci/USP).

Foi vereadora em Porto Alegre/RS por dois mandatos e, em 2002, foi eleita deputada federal, sendo reeleita em 2006. Em 2009, presidiu a Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal, tendo se destacado, entre tantos temas, por coordenar uma série de debates em todo o Brasil sobre o novo Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020).

Maria do Rosário tem uma filha.

www.direitoshumanos.gov.br

Miriam Belchior

Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão



Foi a primeira mulher a ser confirmada no novo governo. Nascida em Santo André/SP, fez carreira política no PT e casou-se com o ex-prefeito Celso Daniel, assassinado em 2002, ano em que entrou no governo federal. Como subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, desde junho de 2004, foi responsável por articular a ação de governo e monitorar os projetos estratégicos.

De janeiro de 2003 a junho de 2004, foi assessora especial do presidente Lula. Em 2007, ocupou a secretaria executiva do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A partir de abril de 2010, com a saída da ministra Dilma Rousseff do governo, tornou-se Coordenadora Geral do PAC.

Miriam Belchior também foi docente da Fundação de Pesquisa e Desenvolvimento de Administração, Contabilidade e Economia (FUNDACE), ligada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo FEA/USP, e da Universidade São Marcos.

Miriam tem um filho.

www.planejamento.gov.br

Tereza Campello

Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome



Durante o governo Lula, como subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil, esteve na coordenação de projetos prioritários, como o Programa Nacional do Biodiesel. Antes, fez parte da coordenação do grupo de trabalho que concebeu o Bolsa Família e esteve à frente também do programa de produção sustentável de óleo de palma, do zoneamento da cana e da Agenda Clima.

Paulista de Descalvado e formada na Universidade Federal de Uberlândia foi professora do Curso de Economia na Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos) na cadeira de Economia do Setor Público.

A Ministra tem uma filha.

www.mds.gov.br

Com informações de agências e Presidência da República

Levantamento apontou que até o dia 7 de abril, a Presidenta Dilma repetiu:

✓ 266 vezes a palavra **Brasil**

✓ 167 vezes a palavra **Mulher**

✓ 151 vezes a palavra **Governo**

✓ 79 vezes a palavra **Saúde**

✓ 75 vezes a palavra **Educação**

Fonte: UOL

Mais 540 novos associados ao Sinpro/RS

Nos três primeiros meses da campanha de sindicalização deste ano, o Sinpro/RS já somou 540 professores ao quadro social, totalizando 17.759. A meta é sindicalizar 1.358 professores até o fim do ano letivo. “Dos sindicatos celetistas, somos o que mais possui a adesão da categoria”, observa Cássio Bessa, diretor do Sinpro/RS e Coordenador Regional Sul da CONTEE. Atualmente, mais de 55% dos 28 mil professores do ensino privado estão sindicalizados.

Bessa diz que a livre sindicalização é um ato de cidadania, pois garante uma entidade representativa e forte para lutar por melhores salários e condições de trabalho. “Além disso, o Sinpro/RS garante benefícios econômicos aos seus sócios”, destaca Bessa, citando como exemplo a assistência jurídica, recebimento de veículos de comunicação, como o Jornal Extra Classe e mais de 300 convênios com empresas comerciais que garantem descontos aos sócios e seus dependentes.

Saiba como se associar no site da entidade: www.sinprors.org.br/professor



Educação e esporte nos 30 anos do SAAEMG

Em 2011, o SAAEMG completa 30 anos de sua Carta Sindical, documento que reconhece a legalidade de um sindicato. E para comemorar esta data, o sindicato promoveu nos primeiros meses do ano as inscrições para o II Concurso de Redação, iniciativa que premia os autores dos três melhores textos, além de valorizar e fomentar a educação entre os integrantes da categoria.

A premiação dos vencedores se dará em 8 de abril, data em que o Sindicato comemora os 30 anos, sendo que essa trajetória é o tema das redações.

Além do foco na educação, há também a promoção do esporte com a V Copa SA-AEMG de Futsal. A competição, que está na fase de classificação, mobiliza cerca de 180 associados e proporciona momentos de entretenimento e integração aos Auxiliares de Administração Escolar.



SAAE/ES propõe criação de um Centro de Assistência ao Trabalhador em Educação

O Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar no Estado do Espírito Santo (SAAE/ES) está em negociação com o sindicato patronal (Sinepe) em defesa da manutenção dos direitos revistos nas últimas Convenções Coletivas e em busca de novas conquistas para sua categoria.

Dentre os destaques desta negociação está a criação do Centro de Assistência dos Trabalhadores em Educação do Estado do Espírito Santo - CENTEDUC/ES. O Centro, idealizado pela entidade sindical representante dos trabalhadores, irá oferecer programas de qualificação e requalificação profissional para os associados, que em contrapartida contribuirão com uma pequena taxa mensal. A maior parte do financiamento do CENTEDUC virá dos empregadores, que contribuirão mensalmente com o programa e apenas 10% deste custo será repassado ao trabalhador associado ao CENTEDUC.

Outras cláusulas importantes para a categoria estão em discussão. O SAAE/ES também negocia com o patronal plano de saúde integral para todos os trabalhadores em administração escolar no Espírito Santo e a liberação de até dois dirigentes sindicais, quando a empresa contar com mais de 50 funcionários.

A negociação entre SAAE/ES e Sinepe foi iniciada em dezembro e a expectativa é que a Convenção Coletiva de Trabalho, válida para o período 2011/2012, seja assinada ainda em março.

Arquivo SAAE/ES



Dirigentes do SAAE/ES lutam por novas conquistas para sua categoria

Fepesp reúne 22 sindicatos na Campanha Salarial 2011

Em fevereiro, a Fepesp (Federação dos Professores do Estado de São Paulo) iniciou as negociações da Campanha Salarial 2011. A entidade inclui 22 sindicatos, alguns deles representando também os trabalhadores técnicos e administrativos do ensino privado.

As entidades lutam por 9% de reajuste salarial, manutenção de direitos, entre outros itens. Neste ano, as negociações estão concentradas nas conversas com o sindicato do ensino superior (Semesp) e com a Fiesp, responsável pelas escolas do Sesi e Senai. O blog da Campanha Salarial (www.fepesp.org.br/blogdacampanha) traz



fórum de discussão, notícias e simulador da hora tecnológica.

Para os professores de educação básica, a convenção coletiva atual vale até 2012. O que será definido em março é o tamanho do reajuste dos salários: índice da inflação de 2010-2011 mais aumento de 1,2% (ganho real).

SINPRO RIO

Campanha salarial antecipada no Rio de Janeiro

O Sinpro-Rio iniciou sua Campanha Salarial 2011 antecipadamente, seguindo a orientação da CONTEE, para acompanhar e interferir na planilha das escolas e, com isso, obter melhores resultados nas negociações. A entidade aprovou na assembleia de 15 de dezembro uma pré-pauta, que deu autorização para a retomada das negociações com o patronato.

Em 2011, o Sinpro-Rio completa 80 anos e, entre suas lutas, estará a desnaturalização das condições de trabalho e saúde do professor e das negociações coletivas. “A política de reposição salarial correta, INPC completo e



mais o ganho real dos últimos anos deu uma naturalização nos acordos feitos para a Educação Básica e a Superior no Rio de Janeiro. No entanto, na Básica, esta política já não garante mais uma melhoria significativa na qualidade e no padrão de vida desse professor. Precisaremos ter embates mais duros com o patronato”, afirmou o presidente, Wanderley Quêdo.



Pela Paz nas Escolas

Denuncie!

Sinpro Minas cria disque-denúncia para combater a violência nas escolas

Os professores da rede privada de ensino de Minas Gerais contam agora com um canal para combater a violência nas escolas particulares. O Sinpro Minas colocou em funcionamento, desde fevereiro, um disque-denúncia gratuito (0800 770 3035) para atender aos docentes que sofreram ou presenciaram algum tipo de violência (agressões físicas, verbais, dano a patrimônios, assédios moral ou sexual, entre outros).

Os relatos também podem ser encaminhados ao email paznasescolas@sinprominas.org.br.

The screenshot shows the homepage of the Sinpro Minas website. At the top, there's a navigation bar with links like 'Home', 'Notícias', 'Materiais', 'CCT', 'Regionais', 'Edição', 'Notas', 'Serviços', 'Unidades', 'Notícias', and 'Imprensa'. Below the header, there's a large banner with the text 'Educar é o desafio dos professores. Defender a educação com a valorização da categoria é o nosso desafio.' and 'Sinpro Minas'. A red button below the banner says 'disque-denúncia - 0800 770 3035'. To the right of the button, there's a small image of a person holding a sign that says 'Sobrinhos?'. Below the button, there's a link to 'Marista Dom Silvério diz que demissões são irrevogáveis' with a small image of a protest. On the right side of the page, there are boxes for 'Os professores na TV', 'extraclass', 'Cineclub', 'Inquérito Pode de Andar', and 'Cultur+'.

br ou enviados pelo portal do sindicato (www.sinprominas.org.br). “É muito importante que a categoria denuncie qualquer tipo de violência para que possamos romper o silêncio, evitando, dessa maneira, episódios como o do colega Kássio Vinícius, morto em plena atividade docente no final do ano passado, em Belo Horizonte”, ressaltou Gilson Reis, presidente do Sinpro Minas.

Caminhos para a paz

A criação do disque-denúncia faz parte das ações encaminhadas pela diretoria do sindicato em torno do problema.

Reuniões já foram realizadas com outros sindicatos, associações e organizações da sociedade civil, para debater a elaboração de uma campanha pela paz nas escolas, a ser lançada neste primeiro semestre. O Sinpro Minas também acionou o Ministério Público do Trabalho (MPT), que decidiu fazer audiências públicas em todo o estado. A primeira foi realizada no dia 16 de fevereiro, em Belo Horizonte.



“Obama foi anulado pelo conservadorismo de bordel dos EUA”

Em entrevista exclusiva à Carta Maior, a economista Maria da Conceição Tavares falou sobre a visita de Obama ao Brasil, a situação dos Estados Unidos e da economia mundial. Para ela, a convalescença internacional será longa e dolorosa. A razão principal é o congelamento do impasse econômico norte-americano, cujo pós-crise continua tutelado pelos interesses prevalecentes da alta finança em intercurso funcional com o moralismo republicano. ‘É um conservadorismo de bordel’, diz. E acrescenta: “a sociedade norte-americana encontra-se congelada pelo bloco conservador, por cima e por baixo. Os republicanos mandam no Congresso; os bancos tem hegemonia econômica; a tecnocracia do Estado está acuada”.

Quando estourou a crise de 2007/2008, ela desabafou ao Presidente Lula no seu linguajar espontâneo e desabrido: “Que merda, nasci numa crise, vou morrer em outra”. Perto de completar 81 anos – veio ao mundo numa aldeia portuguesa em 24 de abril de 1930 - Maria da Conceição Tavares, felizmente, errou. Continua bem viva, com a língua tão afiada quanto o seu raciocínio, ambos notáveis e notados dentro e fora da academia e esquerda brasileira. A crise perdura, mas o Brasil, ressalta com um sorriso maroto, ao contrário dos desastres anteriores nos anos 90, ‘saiu-se bem desta vez, graças às iniciativas do governo Lula’.

A convalescência internacional, porém, será longa, adverte. “E dolorosa”. A razão principal é o congelamento do impasse econômico norte-americano, cujo pós-crise continua tutelado pelos interesses prevalecentes da alta finança em intercurso funcional com o moralismo republicano. ‘É um conservadorismo de bordel’, dispara Conceição que não se deixa contagiar pelo entusiasmo da mídia nativa com a visita do Presidente Barack Obama.

Um esforço narrativo enorme tenta caracterizar a viagem como um ponto de ruptura entre a ‘política, externa de esquerda’ do Itamaraty – leia-se de Lula, Celso Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães - e o suposto empenho da Presidenta Dilma em uma reaproximação ‘estratégica’ com o aliado do Norte. Conceição põe os pingos nos is. Obama, segundo ela, não consegue arrancar concessões do establishment americano nem para si, quanto mais para o Brasil. ‘Quase nada depende da vontade de Obama, ou dito melhor, a vontade de Obama quase não pesa nas questões cruciais. A sociedade norte-americana encontra-se congelada pelo bloco conservador, por cima e por baixo. Os republicanos mandam no Congresso; os bancos têm hegemonia econômica; a tecnocracia do Estado está acuada’. O entusiasmo inicial dos negros e dos jovens com o presidente, no entender da decana dos economistas brasileiros, não tem contrapartida nas instâncias onde se decide o poder americano. “O que esse Obama de carne e osso poderia oferecer ao Brasil se não consegue

concessões nem para si próprio?”, questiona e responde em seguida: ‘Ele vem cuidar dos interesses americanos. Petróleo, certamente. No mais, fará gestos de cortesia que cabem a um visitante educado’.

O desafio maior que essa discípula de Celso Furtado enxerga é controlar “a nuvem atômica de dinheiro podre” que escapou com a desregulação neoliberal – “e agora apodrece tudo o que toca”. A economista não compartilha do otimismo de Paul Krugman que enxerga na catástrofe japonesa um ponto de fuga capaz, talvez, de exercer na etapa da reconstrução o mesmo efeito reordenador que a Segunda Guerra teve sobre o capitalismo colapsado dos anos 30. “O quadro é tão complicado que dá margem a isso: supor que uma nuvem de dinheiro atômico poderá corrigir o estrago causado por uma nuvem nuclear verdadeira. Respeito Krugman, mas é mais que isso: trata-se de devolver o dinheiro contagioso para dentro do reator, ou seja, regular a banca. Não há atalho salvador’.

Leia a seguir a entrevista exclusiva de Maria da Conceição Tavares à Carta Maior.

Por que Obama se transformou num zumbi da esperança progressista norte-americana?

Conceição – Os EUA se tornaram um país politicamente complicado. O caso americano é pior que o nosso. Não adianta boas idéias. Obama até que as têm, algumas. Mas não tem o principal: não tem poder, o poder real; não tem bases sociais compatíveis com as suas idéias. A estrutura da sociedade americana hoje é muito, muito conservadora – a mais conservadora da sua história. E depois, Obama, convenhamos, não chega a ser um iluminado. Mas nem o Lula daria certo lá.

Mas ele foi eleito a partir de uma mobilização real da sociedade....

Conceição – Exerce um presidencialismo muito vulnerável, descarnado de base efetiva. Obama foi eleito pela juventude e pelos

negros. Na urna, cada cidadão é um voto. Mas a juventude e os negros não têm presença institucional, veja bem, institucional que digo é no desenho democrático de lá. Eles não têm assento em postos chaves onde se decide o poder americano. Na hora do vemos ver, a base de Obama não está localizada em lugar nenhum. Não está no Congresso, não tem o comando das finanças, enfim, grita, mas não decide.

O deslocamento de fábricas para a China, a erosão da classe trabalhadora nos anos 80/90 inviabilizaram o surgimento de um novo Roosevelt nos EUA?

Conceição – Os EUA estão congelados por baixo. Há uma camada espessa de gelo que dissocia o poder do Presidente do poder real hoje exercido, em grande parte, pela finança. Os bancos continuam incontroláveis; o FED (o Banco Central americano) não manda, não controla. O essencial é que estamos diante de uma sociedade congelada pelo bloco conservador, por cima e por baixo. Os republicanos mandam no Congresso; os bancos têm hegemonia econômica; a tecnocracia do Estado está acuada...

É uma decadência reversível?

Conceição – É forçoso lembrar, ainda que seja desagradável, que os EUA chegaram a isso guiados, uma boa parte do caminho, pelas mãos dos democratas de Obama. Foram os anos Clinton que consolidaram a desregulação dos mercados financeiros, autorizando a farra que redundou em bolhas, crise e, por fim, na pasmaceira conservadora.

Esse colapso foi pedagógico; o poder financeiro ficou nu, por que a reação tarda?

Conceição – A sociedade americana sofreu um golpe violento. No apogeu, vendia-se a ilusão de uma riqueza baseada no crédito e no endividamento descontrolados. Criou-se uma sensação de prosperidade sobre alicerces fundados em ‘papa-

gaios' e pirâmides especulativas. A reversão foi dramática do ponto de vista do imaginário social. Um despencar sem chão. A classe média teve massacrados seus sonhos do dia para noite. A resposta do desespero nunca é uma boa resposta. A resposta americana à crise não foi uma resposta progressista. Na verdade, está sendo de um conservadorismo apavorante. Forças e interesses poderosos alimentam essa regressividade. A tecnocracia do governo Obama teme tomar qualquer iniciativa que possa piorar o que já é muito ruim. Quanto vai durar essa agonia? Pode ser que a sociedade americana reaja daqui a alguns anos. Pode ser. Eles ainda são o país mais poderoso do mundo, diferente da Europa que perdeu tudo, dinheiro, poder, auto-estima... Mas vejo uma longa e penosa convalescença. Nesse vazio criado pelo dinheiro podre, Obama flutua e viaja para o Brasil.

Uma viagem cercada de efeitos especiais; a mídia quer demarcá-la como um divisor de águas de repactuação entre os dois países, depois do 'estremecimento com Lula'. O que ela pode significar de fato para o futuro das relações bilaterais?

Conceição - Obama vem, sobretudo, tratar dos interesses norte-americanos. Petróleo, claramente, já que dependem de uma região rebelada, cada vez mais complexa e querem se livrar da dependência em relação ao óleo do Chávez. A política externa é um pouco o que sobrou para ele agir, ao menos simbolicamente.

E o assento brasileiro no Conselho de Segurança?

Conceição - Obama poderá fazer uma cortesia de visitante, manifestar simpatia ao pleito brasileiro, mas, de novo, está acima do seu poder. Não depende dele. O Congresso republicano vetaria. Quase nada depende da vontade de Obama, ou dito melhor, a vontade de Obama quase não pesa nas questões cruciais.

Antonio Cruz/ABr



Lula também enfrentou essa resistência esfericamente blindada, mas ganhou espaço e poder...

Conceição - Obama não é Lula e não tem as bases sociais que permitiram a Lula negociar uma pax acomodatícia para avançar em várias direções. A base equivalente na sociedade americana, os imigrantes, os pobres, os latinos, os negros, em sua maioria nem votam e acima de tudo estão desorganizados. Não há contraponto à altura do bloco conservador, ao contrário do caso brasileiro. O que esse Obama de carne e osso poderia oferecer ao Brasil se não consegue concessões nem para si próprio?

"A vontade de Obama quase não pesa nas questões cruciais. A sociedade norte-americana encontra-se congelada pelo bloco conservador", Maria da Conceição Tavares

A reconstrução japonesa, após a tragédia ainda inconclusa, poderia destravar a armadilha da liquidez que corrói a própria sociedade americana? Sugar capitais promovendo um reordenamento capitalista, como especula Paul Krugman?

Conceição - A situação da economia mundial é tão complicada que dá margem a esse tipo de especulação. Como se uma nuvem atômica de dinheiro pudesse consertar uma nuvem atômica verdadeira. Não creio. Respeito o Krugman, mas não creio. O caminho é mais difícil. Trata-se de devolver a nuvem atômica de dinheiro para dentro do reator; é preciso regular o sistema, colocar freios na especulação, restringir o poder do dinheiro, da alta finança que hoje campeia hegemônica. É mais difícil do que um choque entre as duas nuvens. Ademais, o Japão eu conheço um pouco como funciona, sempre se reergueu

com base em poupança própria; será assim também desta vez tão trágica. Os EUA por sua vez, ao contrário do que ocorreu na Segunda Guerra, quando eram os credores do mundo, hoje estão pendurados em papagaios com o resto do mundo – o Japão inclusive. O que eles poderiam fazer pela reconstrução se devem ao país devastado?

Muitos economistas discordam que essa nuvem atômica de dinheiro seja responsável pela especulação, motivo de índices recordes de fome e de preços de alimentos em pleno século XXI. Qual a sua opinião?

Conceição - A economia mundial não está crescendo a ponto de justificar esses preços. Isso tem nome: o nome é especulação. Não se pode subestimar a capacidade da finança podre de engendra desordem. Não estamos falando de emissão primária de moeda por bancos centrais. Não é disso que se trata. É um avatar de moeda sem nenhum controle. Derivam de coisa nenhuma; derivativos de coisa nenhuma representam a morte da economia; uma nuvem nuclear de dinheiro contaminado e fora de controle da sociedade provoca tragédia onde toca. Isso descarnou Obama.

É o motor do conservadorismo americano atual. Semeou na América do Norte uma sociedade mais conservadora do que a própria Inglaterra, algo inimaginável para alguém da minha idade. É um conservadorismo de bordel, que não conserva coisa nenhuma. É isso a aliança entre o moralismo republicano e a farra da finança especulativa. Os EUA se tornaram um gigante de barro podre. De pé causam desastres; se tomar faz mais estrago ainda. Então a convalescença será longa, longa e longa.

Esse horizonte ameaça o Brasil?

Conceição – Quando estourou a crise de 2007/2008, falei para o Lula: - Que merda, nasci numa crise mundial, vou morrer em outra...

Felizmente, o Brasil, graças ao poder de iniciativa do governo saiu-se muito bem. Estou moderadamente otimista quanto ao futuro do país. Mais otimista hoje do que no começo do próprio governo Lula, que herdou condições extremas, ao contrário da Dilma. Se não houver um acidente de percurso na cena externa, podemos ter um bom ciclo adiante.

A inflação é a pedra no meio do caminho da Dilma, como dizem os ortodoxos?

Conceição – Meu temor não é a inflação, é o câmbio. Aliás, eu não entendo porque o nosso Banco Central continua subindo os juros, ainda que agora acene com alguma moderação. Mas foram subindo logo de cara! Num mundo encharcado de liquidez por todos os lados, o Brasil saiu na frente do planeta... Subimos os juros antes dos ricos, eles sim, em algum momento talvez tenham que enfrentar esse dilema inflacionário. Mas nós? Por que continuam a falar em subir os juros se não temos inflação fora de controle e a prioridade número um é o câmbio? Não entendo...

Seria o caso de baixar as taxas?

Conceição – Baixar agora já não é mais suficiente. Nossa problema cambial não se resolve mais só com inteligência monetária. Meu medo é que a situação favorável aqui dentro e a super oferta de liquidez externa leve a um novo ciclo de endividamento. Não endividamento do setor público, como nos anos 80. Mas do setor privado que busca lá fora os recursos fartos e baratos, aumentando sua exposição ao risco externo. E quando os EUA subirem as taxas de juros, como ficam os endividados aqui?

Por que o governo hesita tanto em adotar algum controle cambial?

Conceição – Porque não é fácil. Você tem um tsunami de liquidez externa. Como impedir as empresas de pegarem dinheiro barato lá fora?

Vai proibir? Isso acaba entrando por outros meios. Talvez tenhamos que implantar uma trava chilena. O ingresso de novos recursos fica vinculado a uma permanência mínima, que refreie a exposição e o endividamento.

Mas isso não é matéria para discutir pelos jornais. É para ser feito. Decidir e fazer.

A senhora tem conversado com a Presidenta Dilma, com Lula?

Conceição - O governo está começando; é preciso dar um tempo ao tempo. Falei com Lula recentemente quando veio ao Rio. Acho que o Instituto dele está no rumo certo. Deve se debruçar sobre dois eixos fundamentais da nossa construção: a questão da democracia e a questão das políticas públicas. Torço para que o braço das políticas públicas tenha sede no Rio. O PT local precisa desse empurrão. E fica mais perto para participar.●

Diretoria Plena avaliou ações e aprovou planejamento para 2011

A diretoria plena da CONTEE esteve reunida em São Paulo, em dezembro, para a realização de um balanço das atividades desenvolvidas pela entidade em 2010. Foi também aprovado o planejamento para este ano, tendo sido apontados como principais desafios: o debate do Plano Nacional de Educação e a realização do Seminário de Educação Superior da CONTEE.

Entre os destaques do ano passado está a participação da Confederação na 1ª Conferência Nacional de Educação. “Tivemos um grande esforço organizativo, que envolveu sindicatos e federações, participando de conferências no âmbito municipal e estadual, inclusive ocupando funções nas organizações e tirando delegados para a etapa nacional. A CONTEE ocupou papel protagonista na comissão organizadora nacional, o que contribuiu para ampliar a nossa aproximação com outras entidades da área

educacional, permitindo construir bandeiras comuns e garantindo que as propostas da CONTEE fossem aprovadas na Conferência”, ressaltou Madalena Guasco Peixoto, Coordenadora Geral da entidade.

A CONTEE também teve uma importante participação na 1ª CONCLAT e no Encontro Nacional da Coordenação dos Movimentos Sociais.

Arquivo CONTEE



CONTEE participou de encontro internacional sobre direitos LGBT

A CONTEE participou do 3º Encontro Regional sobre Direitos LGBT organizado pela Internacional da Educação para a América Latina. O encontro, que aconteceu nos dias 13 e 14 de dezembro de 2010, em São Paulo, é parte do processo de consolidação da Rede Latinoamericana para defender a incorporação dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais na agenda do movimento sindical das entidades de educação do continente.

Para a Internacional da Educação é funda-

mental que os sindicatos tenham as ferramentas necessárias para lutar contra todo tipo de discriminação, incluindo os casos de violência por motivos de orientação sexual contra estudantes, professores e demais trabalhadores da educação.

Representaram a CONTEE neste encontro a Secretária Geral, Cristina Castro, e a diretora de Questões de Gênero e Etnia, Nara Teixeira.

Seminários apontaram complexidades do Sistema S

Arquivo CONTEE



Desvendar as complexidades do Sistema S (Sesi, Senai, Senac e Sesc) e enfrentar a falta de regulamentação desse Sistema, que não respeita as legislações educacional e trabalhista, foi o foco das discussões do 2º Seminário do Sistema S, promovido, ainda em 2010 pela CONTEE, no dia 24/11, e do Seminário Extraordinário sobre o mesmo tema, realizado em 18 de janeiro de 2011, ambos na sede do Sinpro-SP. As atividades foram coordenadas Secretário de Organização e Políticas Sindicais da CONTEE, Fábio Zambon, e pela Secretária Geral da entidade, Cristina Castro.

A descaracterização do professor, que em muitas unidades do Sistema S é chamado de instrutor, e o grande número de professores contratados como Pessoa Jurídica, ou seja, prestador de serviço – caracterizando uma realidade de terceirização e precarização das relações de trabalho, estiveram entre problemas destacados.

Os professores presentes levantaram ainda diversas situações enfrentadas nos estados, uma vez que em cada local a relação trabalhista existente tem contornos diferenciados. Cada empresa do Sistema S nos estados tem posturas diferentes com relação à contratação dos profis-

sionais de educação e nas negociações coletivas com os sindicatos.

De acordo com a Coordenadora Geral da CONTEE, Madalena Guasco Peixoto, “o grave é que o Sistema S tem assumido, cada vez mais, o papel de oferecer educação regulamentar, não só na Educação Básica como também na especialização Latu Senso. E eles não cumprem nem a legislação educacional e nem a legislação trabalhista, que regula as relações de trabalho entre professor e empresa”.

Madalena reiterou que é necessário “agendar discussões com o Ministério do Trabalho e da Educação sobre esse tema. Temos que fazer um debate sobre esse assunto no Conselho Nacional de Educação, uma vez que o Sesi e o Senai trabalham com Educação Básica. Temos que conseguir que o profissional que trabalha na Educação Básica, no Brasil inteiro, seja reconhecido como professor, já que na Educação Básica há uma LDB que rege as relações de trabalho e educacionais”.

O coletivo jurídico da CONTEE elaborou um documento para dar subsídios aos sindicatos nas negociações coletivas com as empresas que compõem o Sistema S.

Brasília recebeu o V Encontro dos Técnicos e Administrativos

A 5ª edição do Encontro Nacional dos Trabalhadores Técnicos e Administrativos da CONTEE aconteceu, em Brasília-DF, nos dias 20 e 21 de janeiro de 2011. A atividade, realizada no Centro de Eventos e Treinamentos da CNTC, contou com a participação de 75 representantes de 23 entidades filiadas à Confederação. Entre os assuntos abordados destacamos: a Emenda Constitucional nº45, questões relativas aos desafios da organização sindical, saúde, plano de carreira dos trabalhadores técnicos e administrativos, entre outros.

Para Olmir Paludo, diretor da secretaria de Organização e Políticas Sindicais da CONTEE, o êxito da atividade se deve à dedicação dos dirigentes sindicais e dos sindicatos com a melhoria da Educação no País.

Entre os debatedores tivemos a presença da Dra. Delaíde Arantes, então assessora Jurídica da CONTEE e atualmente Ministra do Tribunal Superior do Trabalho; do secretário de organização da CUT, Jacy



Arquivo CONTEE

Afonso; e do sociólogo do DIESAT, Francisco José de Souza, que falou sobre a Saúde do Trabalhador.

A mesa de abertura do Seminário foi composta pelos presidentes dos Sindicatos anfitriões: Rodrigo de Paula, do Sinproep-DF; Maria de Jesus, do Saep-DF; e pela professora Olgamir Amância, Secretária de Estado das Mulheres do Governo do DF; e pelo presidente da Fitrae-BC, Geraldo Profírio.

Solidariedade às vítimas das enchentes na região serrana do Rio

Diante da tragédia provocada pelas fortes chuvas e enchentes que atingiram a região serrana do Rio de Janeiro, a diretoria executiva da CONTEE divulgou uma nota de solidariedade destacando a perplexidade e a desolação de todos os brasileiros frente à tamanha destruição.

E ainda afirmou: “A força, a coragem e a solidariedade do povo brasileiro se afloram nestes momentos de dor. Mas é necessário mais do que isso para evitar que novas tragédias acometam nossas cidades e seus moradores. O país precisa de uma política habitacional que enfrente o uso irregular do solo, que retire as famílias, em geral as mais carentes, de áreas de riscos, transferindo suas casas para lugares seguros e traçando ações de recuperação de encostas e matas ciliares. Tais medidas podem receber

a resistência de parte da população num primeiro momento, mas são essenciais para o planejamento urbano de forma sustentável e segura. Nós da Contee – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino prestamos nossa solidariedade a todos os moradores das regiões atingidas. Estaremos ao lado de outras entidades do movimento social e da população para cobrar do Poder Público as ações necessárias para evitar novos acontecimentos como esse”.

Na ocasião, a Confederação fez doação para os sindicatos de professores de sua base e que atuam nas áreas afetadas – Sinpro Petrópolis e Sinpro Nova Friburgo – e condenou as demais entidades da categoria a encaminharem suas doações.

I Conferência Mundial de Mulheres da IE na Tailândia

Cerca de 350 mulheres participaram, entre os dias 19 e 24 de janeiro, da I Conferência Mundial de Mulheres “En camino a la Igualdad” da Internacional da Educação, em Bangkok, na Tailândia. Representaram a América Latina 22 companheiras, entre elas a Secretária de Gênero e Etnia da CONTEE, Nara Teixeira.

A Conferência debateu a situação da mulher no mundo sindical, educacional e do trabalho, e aprofundou a discussão sobre a estratégia e os objetivos da política de equidade desenvolvida pela Internacional da Educação. Destacou também a contribuição, em termos de conteúdo, análises e propostas, apresentada pela Rede de Trabalhadoras da Educação da América Latina.

Entre os pontos levantados pelas companheiras estavam: a necessidade de fortalecer as entidades sindicais com a ampliação da participação de mulheres nas suas diretorias e a luta pela inserção feminina nas esferas do Poder Público. As representantes da América Latina também ressaltaram a importância da luta por uma educação pública de qualidade e o enfrentamento das dificuldades do trabalho no setor educacional, especialmente frente à mercantilização da educação.

Alguns dos desafios apontados pela Conferência foram: integrar os debates e propostas no cotidiano das organizações, bem como levar as resoluções da Conferência ao Congresso Mundial da Internacional da Educação, que acontecerá ainda em 2011.



Arquivo CONTEE



Preparativos para o Seminário Nacional de Educação Superior

Seguem os preparativos para o Seminário Nacional de Educação Superior da CONTEE, que acontecerá em São Paulo, nos dias 18 e 19 de junho. As etapas regionais/estaduais, de caráter consultivo e indicativo, já estão acontecendo e devem resultar em um diagnóstico da realidade educacional do ensino superior e um conjunto de propostas que subsidiarão a elaboração do Documento Base do Seminário Nacional, bem como seus debates e deliberações.

As primeiras atividades preparatórias começaram em novembro de 2010 e seguem até o mês de maio, sendo realizadas em parceria pelas Coordenações Regionais da CONTEE, federações e sindicatos filiados.

Entre os temas que vêm sendo debatidos estão os seguintes eixos: o contexto político e econômico das transformações no mundo do trabalho e as consequências para o trabalho em educação; a mercantilização e a financeirização da educação; a organização curricular no contexto da mercantilização; a carreira docente e técnico-administrativa; e os dados sobre a realidade local da educação superior (organização sindical/ perfil das Instituições/ organização patronal/ relações de trabalho).

As inscrições para delegados à etapa nacional serão realizadas no Portal da CONTEE (www.contee.org.br) entre 17 de maio até 05 de junho.

Educação na pauta Positiva

STF confirma constitucionalidade do piso salarial nacional dos professores

*Veja aqui
importantes
conquistas
do último
período que
merecem
destaque:*

O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou no início de abril a constitucionalidade da lei do piso nacional para professores da rede pública e determinou que ele deve ser considerado como vencimento inicial. A legislação, sancionada em 2008, foi contestada pelos governadores de Mato Grosso do Sul, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e Ceará. O valor atualizado que deve ser pago pelos estados e municípios aos docentes em 2011 é de R\$ 1.187,14.

A principal divergência questionada pelos cinco Estados estava no entendimento de piso como remuneração mínima. As entidades sindicais defendem que o valor estabelecido pela lei deve ser entendido como vencimento básico. As gratificações e outros extras não podem ser incorporados na conta do piso. Por 8 votos a 1, o STF seguiu esse entendimento, considerando improcedente a ação.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) comemorou a decisão do STF. Para o presidente da entidade, Roberto Leão, “foi uma grande vitória da educação brasileira. Não é uma vitória apenas dos professores, mas de todos que defendem uma escola pública de qualidade. A partir de hoje, temos um novo patamar para a educação brasileira”, disse.

Agência Brasil, com informações da CNTE

Constituído Fórum Nacional de Educação

Finalmente, no dia 29 de março, foi constituído o Fórum Nacional de Educação (FNE), cuja criação foi deliberada na 1ª Conferência Nacional de Educação, realizada em março de 2010. Em sua primeira reunião ordinária, o FNE debateu a tramitação do PL 8035/ 2010 (Plano Nacional de Educação - PNE 2010/ 2020) e discutiu ainda o papel do Fórum, sua organização e estruturação, bem como a composição de comissões de sistematização e de acompanhamento político da tramitação do PNE (das quais a CONTEE faz parte), além de uma comissão de mobilização.

Entre as primeiras deliberações, incorporou o acordo de defesa de princípios estabelecido entre a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e o Ministério da Educação sobre a tramitação do PNE. Ao todo, 25 órgãos e entidades compõem o Fórum Nacional de Educação.

Desafios para a NOSSA Luta

Os desafios do setor educacional são grandes e variados. Destacamos um aspecto que exigirá atenção redobrada:

Corte no Orçamento faz Educação perder R\$ 1 bi

Do corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento anunciado pela equipe econômica do Governo Federal, R\$ 1 bilhão deverá vir do Ministério da Educação, dos R\$ 70 bilhões autorizados inicialmente para a pasta. O MEC ainda não definiu quais dos seus programas perderão recursos, mas uma parte da conta ficará para as universidades federais.

O secretário de Educação Superior do MEC, Luiz Cláudio Costa, pediu a reitores que avaliassem a possibilidade de cortar 10% dos recursos para custeio – como água, luz e assistência estudantil – e 50% do dinheiro destinado a diárias e passagens.

O contingenciamento do Orçamento da Educação no ano passado foi maior do que o anunciado agora (cerca de R\$ 2 bilhões), mas boa parte do dinheiro foi liberada ao longo do ano.

Folha de São Paulo



A internacionalização da educação superior e a mercantilização de sua oferta no Brasil e no Mundo

Por Prof. Dr. Fabio Bettioli Contel* e
Profa. Dra. Manolita Correia Lima**

Ainda que as notícias recentes sobre a expansão da rede de universidades públicas brasileiras (principalmente federais) sejam bastante animadoras, podemos dizer que está em curso, no Brasil e no mundo, um processo bastante intensivo de mercantilização da educação superior que é, no mínimo, preocupante. Esta mercantilização é passível de ser identificada tanto em termos internacionais, quanto no próprio território brasileiro.

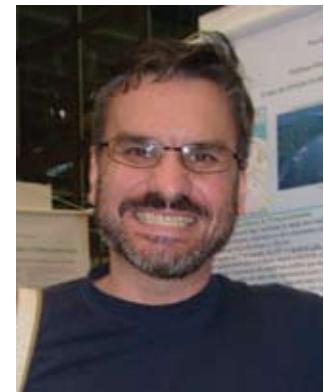


Em relação à dimensão internacional do fenômeno, cabe lembrar que houve recentemente um aumento do número de estudantes que realizam sua formação universitária fora dos seus países de origem. Pela própria facilidade dos transportes internacionais (hoje mais freqüentes e relativamente mais acessíveis em termos de preços), e pela política explícita de alguns países desenvolvidos para atrair estudantes, é mais comum que jovens em idade de cursar o ensino superior façam, ao menos em parte, seus estudos fora de seu país de origem. Para termos uma idéia mais aproximada desta realidade, basta lembrarmos que, no ano de 1975, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estimava que havia cerca de 600.000 os estudantes de terceiro grau matriculados em cursos fora de seu país de origem; em 1990 este número subiu para 1.200; no ano de 2005 eles eram cerca de 2.700.000 e atualmente estima-se um número perto dos 3.000.000 estudantes.

É principalmente em função deste aumento da mobilidade estudantil internacional que decorre outra característica recente da internacionalização da educação superior: o crescimento do valor das exportações de serviços educacionais em relação à balança comercial de alguns países desenvolvidos. Segundo dados do Institute for International Education (que publica anualmente seu *Atlas of Student Mobility* no endereço www.iie.org/), no ano de 2008 tínhamos a seguinte ordem de nações que mais receberam alunos estrangeiros: 1º. Estados Unidos (630.000 estudantes forâneos); 2º. Reino Unido (390.000),

3º. França (270.000),
4º. Alemanha (240.000), e 5º. Austrália (210.000).

Quando o dinheiro para pagar estes serviços é proveniente do país de origem do estudante (seja por bolsas de estudo concedidas pelo Estado, poupança familiar ou recursos de instituições privadas), estes montantes são contabilizados na balança comercial como “exportação de serviços” dos países hospedeiros (mesmo que o consumo do serviço seja feito in loco). Este é mais um fator que anima os países acima citados a aumentar a atratividade de seus respectivos sistemas de ensino superior para os países periféricos: são formadas verdadeiras “máquinas de vender” educação no nível universitário, drenando quantidades



* Prof. Dr. Fabio Bettioli Contel é professor do Departamento de Geografia/FFLCH-USP



** Profª. Dra. Manolita Correia Lima é professora da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP)

expressivas de alunos e de poupança dos países periféricos, cujos sistemas de ensino superior não estão consolidados, ou funcionam em condições mais precárias.

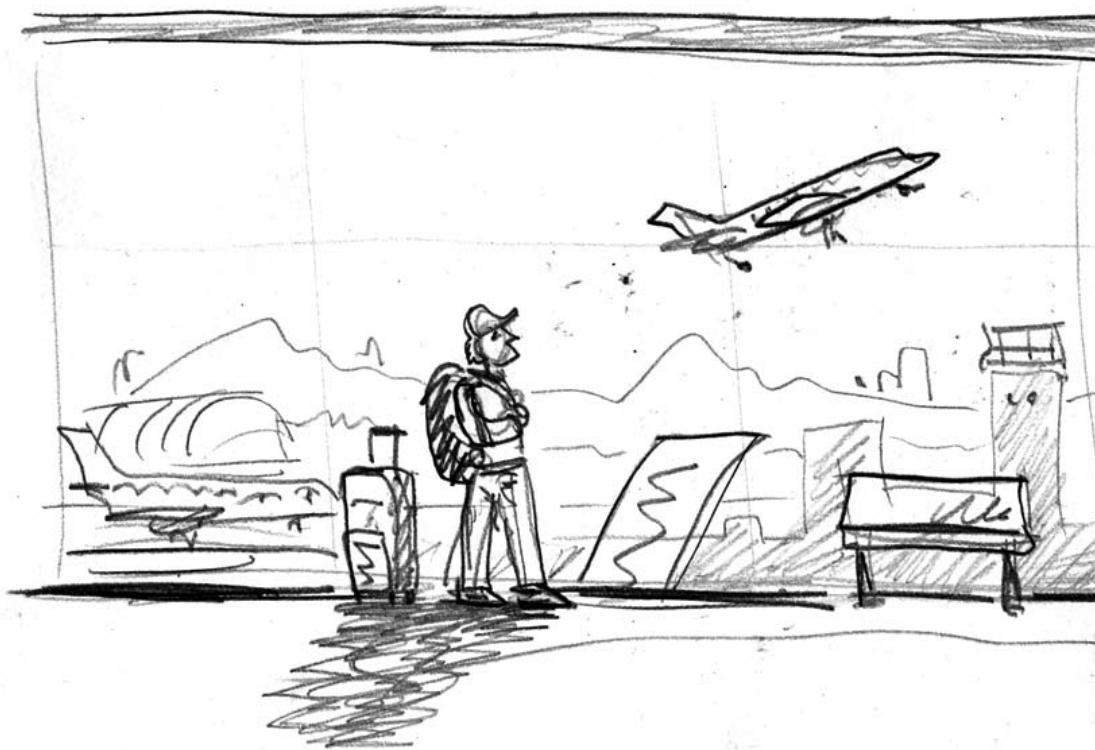
Mas este aumento das receitas em exportação é também resultado de uma terceira característica principal da internacionalização da educação superior, que são as novas formas de comércio e de prestação de serviços neste setor. Principalmente em função das atuais tecnologias da informação (que criaram uma nova “tecnosfera” de alcance global, para usar o conceito do geógrafo Milton Santos), é possível comercializar cursos inteiros “à distância” (voltados para empresas, para universidades, faculdades), contribuindo para a difusão ainda mais acentuada de conteúdos programáticos, padrões culturais e de comportamento dos países exportadores destes serviços. Sistemas de ensino à distância batizados como “e-learning”, “treinamento corporativo”, “universidades virtuais” são cada vez mais comuns e refletem um processo de mercantilização da educação superior num nível desconhecido ao longo da história da educação na nossa civilização.

Vale lembrar que, além das vantagens de caráter mais econômico desta mercantilização, (vantagens permitidas pela cobrança de taxas de matrícula, mensalidades, serviços diplomáticos e de regularização da estadia etc.), os países centrais que recebem estes alunos auferem ainda uma série de ganhos de caráter “simbólico” (ou cultural) com a internacionalização em seus moldes atuais. Existem estudos que mostram que a “imersão” num ambiente cultural, por um longo período de tempo, impacta o aluno estrangeiro com os valores nacionais-regionais do país receptor. Por um lado, este fato tem um caráter bastante positivo para o indivíduo que desfruta da “imersão”, principalmente em função da experiência de uma realidade distinta, do convívio intercultural permitido pela estadia, do aprendizado da língua local etc.

Porém, para o país hospedeiro, a estadia do estudante estrangeiro leva também a uma difusão internacional de seus valores, cultura, comportamentos, códigos de conduta, que transformam os alunos que retornam aos seus países de origem em “embaixadores informais” do país que os acolheu. Interessa, por exemplo, às multinacionais dos países centrais que o estudante retornado tenha essa “formação cultural”, para eventualmente servir como mão-de-obra para as filiais de sua empresa atuarem no país do retornado; assim, é facilitada a difusão das atividades destas empresas multinacionais.

Mas os casos mais expressivos destas vantagens “simbólicas” para os países centrais dizem respeito à influência que a estadia exerce na formação das “élites administrativas” do país do retornado: isto é, tanto os “decisores públicos” quanto os “privados” formados nos países centrais terão já,

de alguma maneira, assimilado os padrões culturais e modos de vida dos países receptores, interferindo diretamente na possibilidade de formação de quadros dirigentes mais autônomos nos países periféricos. Parte da literatura que estuda este processo destaca que estas vantagens da difusão da cultura dos países centrais é ainda mais importante quando pensamos nos efeitos de “pacificação” ou de “desdramatização” que estas relações acadêmicas podem instalar em “ex-colônias”; como é o caso, por exemplo, de todos os países na África e na Ásia que saíram do jugo político europeu a partir de meados do século XX (ex-colônias inglesas, portuguesas, francesas etc.). O passado histórico-colonial de extrema violência sofrida por parte dos países periféricos, neste sentido, vai perdendo sua força e significado, o que interfere negativamente na capacidade de conscientização e



autonomização do pensamento e da ação política nacional nestes países de independência mais recente.

No Brasil, o processo de mercantilização da educação foi a principal tônica das políticas do Executivo Federal até o início da década de 2000. Foi neste período que se expandiram consideravelmente as Faculdades e os Centros Universitários privados, tanto pela flexibilização da legislação (fomentada pelas políticas propostas pelo então Ministro Paulo Renato de Souza), quanto pelo financiamento das mensalidades dos alunos que se matriculavam nestas instituições, por parte do Governo Federal. Data desta época também o surgimento e a difusão da chamada “educação corporativa” no Brasil, com a instalação de sistemas de ensino como o Instituto de Formação Carrefour (2000), a Alcatel University (1998), a Academia ABN/AMRO (2001); algumas instituições se arvoraram ainda no direito de se nomearem “Universidades”, como foi o caso da Amil Universidade Corporativa (2000) e da Universidade Renner (2002).

Um último fator envolvido no funcionamento das instituições de educação superior no Brasil mostra outra face desta mercantilização do ensino: a transformação de algumas faculdades/centros universitários privados em sociedades anônimas (SA's). Este mecanismo obriga a empresa prestadora do serviço a internalizar uma série de critérios ligados à "governança corporativa" da instituição. Significa dizer que a instituição aumenta ainda mais a racionalidade em termos dos lucros que o "negócio" movimenta: aumento expressivo da relação

professor/aluno, compra/venda de "conteúdos de ensino" por critérios de preço, busca de "metas", utilização maior de mecanismos "não-presenciais" para a prestação do serviço, entre outros instrumentos que visam estritamente à melhoria contábil do empreendimento.

Estas são algumas das características do atual processo de mercantilização da educação superior, que possui tanto uma face internacional, quanto uma face interna. Trata-se, portanto, de um movimento bastante preocupante, que deve ser acompanhado de perto pelas autoridades do Ministério da Educação brasileiro, para que a lógica da mercantilização não volte a se tornar hegemônica em nosso sistema de educação superior. A volta desta hegemonia certamente impediria a consolidação de uma rede de instituições públicas de educação de terceiro grau, com qualidade, e voltada também para a produção de conhecimento e para a formação de cidadãos no país. ●

Artigo publicado originalmente na Revista de Educação

– No. 11 do Sindicato dos Professores de Campinas e Região

– Novembro de 2010

Educação Privada



**Tudo tem limite?
Número de estudantes por turma, não.**

Diga **sim** ao Sistema Nacional de Educação
e garanta o limite de estudantes por turma

saiha mais em www.contee.org.br/digasimaoesne.org.br





Comercializar estudantes é crime

contee

Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino
www.contee.org.br



Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino

www.contee.org.br